



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**PROPOSTA
DE
ORÇAMENTO DO ESTADO
PARA 2006**

ENQUADRAMENTO

Maio de 2006

ÍNDICE

1. Contexto Internacional – Evolução Recente e Perspectivas para 2006	3
2. Economia de Cabo Verde – Evolução Recente	6
2.1. Desempenho Global em 2005	6
2.2. Finanças Públicas	8
2.2.1. Enquadramento	8
2.2.2. Análise das Receitas	9
2.2.3. Análise das Despesas	10
2.2.3.1. Despesas de Funcionamento	10
2.2.3.2. Despesas de Investimento	10
2.3. Situação Monetária em 2005	12
2.4. Balança de Pagamentos	13
3. Orçamento para 2006	14
3.1. Perspectivas para 2006	14
3.2. Receitas	15
3.2.1. Evolução Recente	15
3.2.2. Justificação das Previsões	15
3.2.3. Análise dos Benefícios Fiscais Concedidos em 2004	17
3.2.3.1. Direcção Geral das Contribuições e Impostos	17
3.2.3.2. Direcção Geral das Alfândegas	22
3.2.4. Medidas de Política Fiscal	24
3.3. Análise das Despesas Públicas	26
3.3.1. Despesas Globais	26
3.3.2. Despesas de Funcionamento – Por Orgânica	28
3.3.3. Despesas de Investimento	29
3.3.3.1. Quadro Referencial	29
3.3.3.2. Prioridades	29
3.3.3.3. Principais Objectivos e Metas	30
3.4. Dívida Pública e Financiamento Programado para 2006	33
3.4.1. Breve Introdução	33
3.4.2. Execução Orçamental Relativa a 2005	33
3.4.2.1. Receitas	33
3.4.2.2. Despesas	34
3.4.2.3. Stock da Dívida Pública	36
3.4.2.5. Financiamento em 2005	39
3.4.2.6. Outras Operações Financeiras	40
3.4.2.7. Financiamento Programado para 2006	40
3.5. Política de Recursos Humanos da Administração Pública	41
3.5.1. Enquadramento	41
3.5.2. Introdução	41
3.5.3. Gestão Estratégica Recursos de Humanos na Administração Pública	42
3.5.4. Qualificação do Pessoal Dirigente	43
3.5.5. Instrumentos de Gestão dos Recursos Humanos na Administração Pública	43
3.5.6. Formação do Pessoal da Administração Pública	43
3.5.7. Colectânea de Legislação da Função Pública	44
3.5.8. Reforma do Sistema de Segurança Social da Administração Pública	44

Orçamento do Estado para 2006

1. Contexto Internacional - Evolução Recente e Perspectivas para 2006

Não obstante os elevados preços do petróleo e os desastres naturais ocorridos, o crescimento da economia mundial em 2005 continuou elevado, beneficiando de condições favoráveis nos mercados financeiros e da persistência de políticas macroeconómicas acomodatórias. As perspectivas futuras permanecem positivas, no sentido da continuação de um crescimento económico robusto, pese embora a persistência de riscos importantes, com destaque para os mercados petrolíferos, os desequilíbrios globais, nomeadamente em relação ao desalinhamento das taxas de câmbio associado ao comportamento muito diferenciado do saldo da conta corrente externa de países relevantes nos mercados mundiais.

O desempenho da economia mundial em 2005 foi melhor do que o antecipado pelas instituições internacionais de referência. Não obstante os preços mais elevados do petróleo e a ocorrência de desastres naturais, a economia real evoluiu melhor do que o esperado na segunda metade de 2005, tendo o comportamento favorável da produção sido acompanhado por um ritmo elevado de crescimento das transacções comerciais internacionais, pelo aumento da confiança dos consumidores e de expectativas positivas por parte dos empresários.

Do ponto de vista regional a expansão económica mundial registou uma participação mais alargada, destacando-se o desempenho de países emergentes nos mercados globais, como a China, a Índia e a Rússia. No grupo dos países industrializados, os Estados Unidos continuam como o principal motor da economia mundial, num contexto caracterizado pela aceleração do crescimento no Japão. O crescimento na maior parte dos países emergentes e em desenvolvimento permaneceu sólido, realçando-se a efervescência registada nas três grandes economias referidas acima, factor determinante para a revisão em alta da performance da economia mundial em 2005.

Os preços do petróleo permaneceram elevados e voláteis. Nos mercados internacionais à vista, segundo o FMI, cresceram em média 41% em 2005. Os preços dispararam no início de Setembro para 66 USD o barril na sequência do furacão Katrina. Esta efervescência resultou ainda da escassez relativa da oferta, face a uma procura crescente, destacando-se a este nível a China e a Índia. Quanto à oferta, esteve em grande medida condicionada pela instabilidade geopolítica no Médio Oriente, em África e na América Latina. O risco do aumento estrutural dos preços do petróleo adensa-se, o que a se concretizar, irá certamente colocar enormes dificuldades aos países importadores e vulneráveis como Cabo Verde. Outras matérias-primas, excluindo o petróleo, registaram fortes subidas de preço em 2005, em média 10%, atingindo valores recorde em termos nominais.

As condições nos mercados financeiros globais caracterizaram-se por prémios de riscos e por uma volatilidade bastante abaixo do normal, o que

favoreceu as possibilidades de financiamento, num contexto marcado pela abundância de liquidez. No concernente ao mercado cambial registou-se em termos globais a apreciação do dólar face às diversas divisas, nomeadamente de 13% em média em relação ao euro, no ano de 2005.

Neste contexto global relativamente favorável, abstracção feita do aumento continuado do preço do petróleo, outro factor importante de risco para a economia mundial prende-se com os desequilíbrios associados ao aumento contínuo do défice da conta corrente externa dos Estados Unidos acompanhado de importantes excedentes nos países exportadores, designadamente na China, no Japão e noutras partes da Ásia emergente.

As perspectivas mais actualizadas para o ano de 2006 corrigiram em alta o crescimento esperado, para 4,9%. Prevê-se que as dificuldades decorrentes de preços elevados do petróleo sejam contrabalançadas pelo aumento gradual do investimento, por condições favoráveis nos mercados financeiros e pela continuação de políticas macroeconómicas acomodáticas.

Por grandes países e regiões, nos países industrializados prevê-se uma ligeira desaceleração do crescimento nos Estados Unidos para 3,4% em 2006, embora continue a liderar em termos de ritmo de crescimento no G-7; não obstante uma desaceleração da actividade no final de 2005, a expansão na Zona Euro parece conhecer alguma aceleração, mantendo-se todavia vulnerável aos choques internos e externos; a actividade nos mercados emergentes e nos países em desenvolvimento deverá permanecer elevada; na Ásia emergente, a expansão económica na China e na Índia manter-se-á elevada e acompanhada de excedentes crescentes a nível da conta corrente externa; na América Latina, o crescimento do PIB continuará elevado e beneficiará da evolução muito favorável do preço das matérias-primas; os países do Médio Oriente e os exportadores de petróleo de uma maneira geral, continuarão a beneficiar desta conjuntura para reforçar as suas posições orçamentais e da conta corrente com o exterior; finalmente nos países menos desenvolvidos prevê-se relativamente à África Subsahariana a aceleração do crescimento para 5,8% em 2006 (o valor mais elevado dos últimos trinta anos) contra 5,5% no ano precedente, evolução para a qual se prevê a contribuição determinante dos produtores de petróleo. Esta trajectória constitui um sinal positivo para o Continente, numa altura em que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio estão longe de concretização para uma boa parte dos países, não obstante a tendência de melhoria das políticas macroeconómicas e estruturais. O apoio dos parceiros externos revela-se no entanto imprescindível, devendo honrar os seus compromissos com os países do Continente no sentido do aumento da ajuda pública ao desenvolvimento e do alívio da dívida, particularmente no concernente aos países importadores de petróleo.

Esta perspectiva global positiva para a economia mundial não faz perder de vista um conjunto importante de incertezas, com realce para a alta dos preços e a maior volatilidade nos mercados petrolíferos, uma eventual evolução dos mercados financeiros no sentido da deterioração das condições de financiamento, os desequilíbrios globais crescentes relativamente às contas

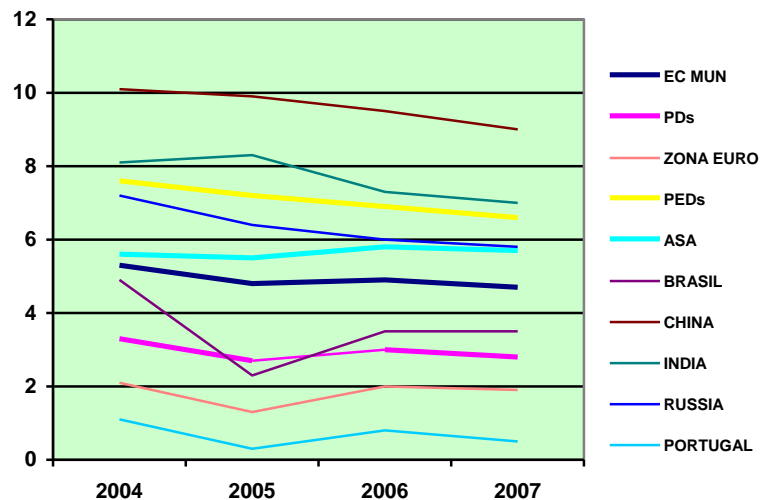
correntes externas e às taxas de câmbio e a ameaça de uma pandemia da gripe aviária.

Em síntese, as previsões constantes do último relatório de Abril do Fundo Monetário Internacional “ World Economic Outlook ” apontam para uma ligeira aceleração de 10 p.b. do crescimento do PIB mundial em 2006, 4,9% contra 4,8% no ano transacto. No contexto dos países mais avançados os Estados Unidos, com taxas de crescimento de 3,5% e 3,4% para 2005 e 2006 respectivamente, continuam a liderar a dinâmica da economia mundial; sobressaem também os bons desempenhos da Espanha e do Japão, 3,4% em 2005 e 3,3% em 2006, 2,7% em 2005 e 2,8% em 2006, respectivamente.

Em termos nominais, pese embora as ameaças associadas aos preços nos mercados petrolíferos, os dados mais recentes apontam para a estabilidade das taxas de inflação, evolução para a qual contribui a maior concorrência mundial associada à globalização crescente. A taxa de inflação nos países avançados deverá atingir 2,3% em 2006, o mesmo valor do ano anterior. Na Área do Euro a inflação deverá registar um valor de 2,1%, ligeiramente acima do intervalo de referência para a estabilidade de preços definido pelo BCE (inflação inferior ou igual a 2%). Na África Subsahariana a inflação prevista para 2006 é de 10,7%.

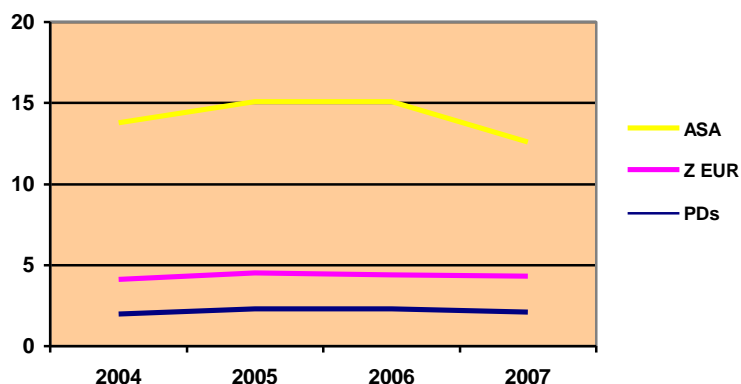
G1. CRESC GLOBAL

	2004	2005	2006	2007
EC MUN	5.3	4.8	4.9	4.7
PDs	3.3	2.7	3	2.8
ZONA EURO	2.1	1.3	2	1.9
PEDs	7.6	7.2	6.9	6.6
ASA	5.6	5.5	5.8	5.7
BRASIL	4.9	2.3	3.5	3.5
CHINA	10.1	9.9	9.5	9
INDIA	8.1	8.3	7.3	7
RUSSIA	7.2	6.4	6	5.8
PORTUGAL	1.1	0.3	0.8	0.5



G2. EVOLUÇÃO INFLAÇÃO

	2004	2005	2006	2007
PDs	2.0	2.3	2.3	2.1
Z EUR	2.1	2.2	2.1	2.2
ASA	9.7	10.6	10.7	8.3



Caixa 1. Evolução Internacional dos Preços do Petróleo

Os mercados petrolíferos vêm registrando uma grande efervescência e uma grande sensibilidade a acontecimentos conjunturais. Em 2005 o crescimento médio do preço de petróleo nos mercados à vista¹ foi de 41%, segundo o FMI. Os preços registaram uma subida drástica no início de Setembro, ascendendo a 66 USD o barril na sequência do furacão Katrina.

Os preços do petróleo desde então têm permanecido elevados e voláteis, fluando no intervalo de 60 a 66 USD o barril nos últimos três meses², evolução para a qual têm contribuído as incertezas geopolíticas crescentes no Irão e no Iraque e as ameaças à produção da Nigéria. Os preços têm sido afectados sobretudo por preocupações em relação à oferta no futuro. Os mercados futuros sugerem que os preços manter-se-ão próximos dos níveis actuais num horizonte previsível. Com base nos mercados futuros, espera-se que os preços se mantenham em média em torno de 61,25 USD o barril em 2006 e aumentem ligeiramente para 63 USD em 2007, de acordo com o FMI.

2. Economia de Cabo Verde – Evolução recente

2.1. Desempenho Global em 2005

O ano de 2005 – no seguimento da evolução macroeconómica favorável verificada nos quatro anos anteriores – registou uma aceleração da actividade económica, com as últimas estimativas disponíveis a apontarem para uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto de cerca de 7%.

¹ As referências ao preço do petróleo utilizam o preço médio do petróleo nos mercados à vista, que é uma média ponderada do preço do crude usada pelo FMI no WEO.

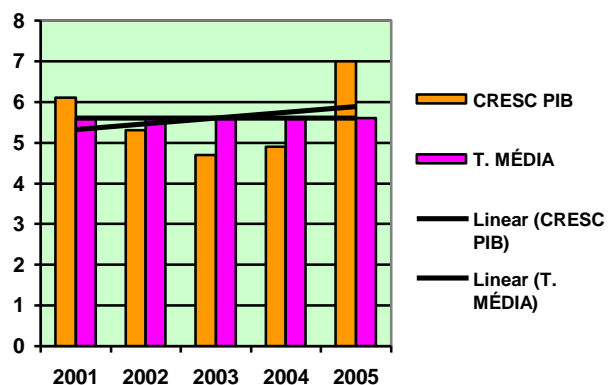
² Depois da publicação do WEO o preço do crude vem atingindo sucessivos picos históricos, acima dos 70 USD, havendo previsões mais actualizadas de instituições credíveis a apontarem para valores em torno desta cifra (70 USD).

Tendo em conta uma taxa média de crescimento no quinquénio precedente - segundo os últimos dados disponíveis - de cerca de 5,6%, este desempenho representa 1,4 p.p. acima da média do período. Para esta evolução concorreu um conjunto de factores, dos quais se destaca o desempenho positivo relativamente aos investimentos públicos e privados (tendo estes últimos sido acompanhados da evolução positiva do indicador de clima económico ao longo do ano) que conheceram uma aceleração do seu crescimento, o bom comportamento das exportações de bens e serviços, das remessas dos emigrantes e uma política macroeconómica globalmente expansionista, nas suas principais componentes, isto é, orçamental e monetária.

Não obstante a alta dos preços e a volatilidade registada nos mercados petrolíferos, a economia mundial prosseguiu com a sua trajectória de expansão, contribuindo assim para o desempenho positivo da economia nacional, com reflexos na evolução das exportações de bens e serviços e das remessas dos emigrantes, da qual resultou em grande medida a redução substancial do défice da conta corrente. Persistem contudo importantes debilidades estruturais, donde avulta a elevada taxa de desemprego, cerca de 24% em Outubro de 2005, com incidência directa na situação de pobreza existente no país. Constrangimentos que convocam a necessidade de aceleração do crescimento económico e o aprofundamento das políticas estruturais a favor duma inescapável melhoria substancial da competitividade do país, nesta fase de transição para País de Desenvolvimento Médio.

G3. CRESCIM PIB

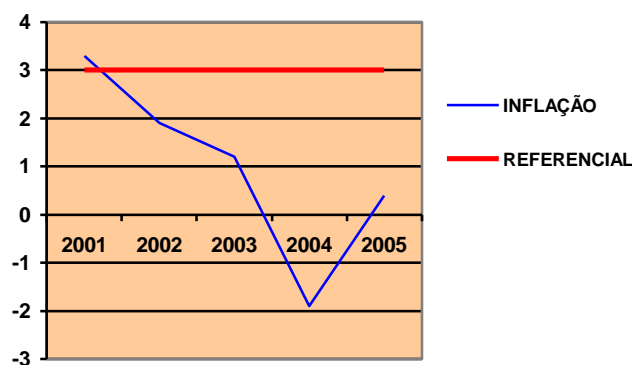
	2001	2002	2003	2004	2005
CRESC PIB	6.1	5.3	4.7	4.9	7.0
TAXA MÉDIA	5.6	5.6	5.6	5.6	5.6



No que se refere à esfera nominal da economia, o ano de 2005 regista como facto saliente e consentâneo com a aceleração da actividade económica, o fim - a partir de Outubro - do período deflacionista, iniciado em 2004. Todavia em 2005 a inflação evidenciou uma evolução bastante favorável (0,4%), aquém da meta de 1% fixada no Orçamento do Estado de 2005. A inversão da cadênci inflacionária, com referência à evolução do IPC nos últimos meses, aponta contudo para uma significativa aceleração do ritmo de crescimento dos preços, devendo o ano de 2006 reflectir uma nova fase, influenciada negativamente pela alta dos preços dos combustíveis, dependendo ainda a magnitude desta aceleração de outros factores, como o próximo ano agrícola.

G4. INFLAÇÃO

	2001	2002	2003	2004	2005
INFLAÇÃO	3.3	1.9	1.2	-1.9	0.4
REFERENCIAL	3.0	3.0	3.0	3.0	3.0



2.2. Finanças Públicas

2.2.1. Enquadramento

A política orçamental em 2005, de acordo com os últimos dados provisórios disponíveis, evidenciou um pendor expansionista sobretudo quando comparada com o ano precedente. Todavia no contexto da evolução macroeconómica global, nomeadamente em relação ao comportamento dos agregados da despesa face ao Produto Interno Bruto em termos nominais (91.119,90 milhares de contos em 2005) ela não foi de molde a pôr em causa a estabilidade macroeconómica prevalecente. Neste contexto, o défice global (base de caixa) de cerca de 2,6 milhões de contos, representou em termos relativos um défice orçamental de cerca de 2,9% do PIB.

Para esta evolução contribuíram as despesas de investimentos, nomeadamente as financiadas pelos empréstimos externos, tendo o financiamento do défice sido realizado praticamente através de desembolsos externos.

Do lado das receitas, refira-se cerca de 6,2 milhões de contos registados em donativos, menos de 23,9% face ao anterior, com a ressalva de este valor não representar o montante efectivamente mobilizado, pelo que se prevê a sua correcção proximamente.

As despesas totais, que ascenderam a cerca 30,6 milhões de contos, apresentam um acréscimo de cerca de 11% quando comparadas com a cifra contabilizada no ano anterior, resultante do aumento das despesas correntes em 13% e das despesas de investimento em 7,7%.

Em 2005 o saldo corrente apresentou um superavit de cerca de 1,8 milhões de contos, enquanto que no período homólogo de 2004 atingiu aproximadamente 1,7 milhões de contos, confirmando uma evolução no sentido da consolidação orçamental e da supremacia das receitas correntes sobre as despesas correntes nos últimos anos.

2.2.2. Análise das Receitas

Numa análise dos dados provisórios das receitas totais em 2005, excluídos os donativos e a ajuda alimentar, estas ascenderam a cerca de 21,6 milhões de contos, representando um acréscimo de cerca de 17% face ao ano transacto e uma execução de 92,3% dos cerca de 23,4 milhões de contos previstos no orçamento.

Com a dedução às receitas totais do valor de 816 mil contos referentes às receitas de capital, a arrecadação das receitas correntes elevou-se aproximadamente a 20,8 milhões de contos, 12,7% acima do montante cobrado até Dezembro de 2004, traduzindo um grau de execução de 100,4% face ao valor programado.

Cabe salientar as receitas fiscais, com uma arrecadação em torno de 18,5 milhões de contos (cerca de 1,9 milhões de contos acima do registado em 2004), com uma taxa de execução de 104,5% e um peso de 85,8% dos influxos registados.

Desagregando as receitas correntes nas suas diversas rubricas constata-se que a cobrança do IUR cresceu 7,9% relativamente aos cerca de 5,4 milhões de contos do ano anterior.

No imposto sobre o valor acrescentado verifica-se um crescimento de 17,2% relativamente a 2004, embora sem o efeito das deduções.

Na classe dos impostos destaca-se ainda o imposto sobre transacções internacionais, com índice de execução de 115,5% do montante anual orçamentado, dos quais os direitos de importação, com grau de execução ligeiramente superior ao ano de 2004, registaram um nível de arrecadação de mais 379 mil contos.

A título de receitas não fiscais, deram entrada cerca de 2,3 milhões de contos, com um índice de execução de 75,9%.

2.2.3. Análise das Despesas

2.2.3.1. Despesas de Funcionamento

Para o ano em referência, o montante das despesas públicas de funcionamento no orçamento revisto situou-se nos cerca de 20,3 milhões de contos, um acréscimo de 7,8% face ao ano anterior. Foram realizadas despesas à volta de 19 milhões de contos, isto é, cerca de 93,8% da previsão revista, o que traduz um aumento de 13,2% comparativamente aos cerca de 16,8 milhões de contos utilizados em 2004.

De uma forma mais detalhada relativamente às principais componentes³ das despesas de funcionamento:

- A Despesa com Pessoal, enquanto rubrica estruturalmente mais importante, com um grau de execução de 87%, absorveu 46% do total despendido no período. O acréscimo anual de 9,6% resultou essencialmente de progressões e promoções automáticas aplicadas a todos os funcionários da Administração Directa do Estado, da implementação da carreira médica, do pagamento das gratificações aos professores referente a anos anteriores, do recrutamento de novos agentes da POP e da actualização salarial ocorrida nesse ano;
- A “Aquisição de Bens e Serviços” registou um aumento de 19,7%, comparativamente ao ano anterior, essencialmente relacionado com o acréscimo dos encargos em várias rubricas, nomeadamente electricidade, água, deslocações, seguros, comunicações, outros fornecimentos e combustíveis e lubrificantes; justifica-se também pela maior capacidade financeira do Estado em cumprir atempadamente com as suas obrigações junto dos fornecedores, obviando a emergência de atrasados susceptíveis de prejudicar a credibilidade do Estado;
- Nos “Encargos da Dívida”, os juros correntes pagos foram inferiores em 126 mil contos ao valor registado em 2004, com maior reflexo na parcela interna, que beneficiou da significativa baixa das taxas de juros dos BT’s e OT’s, decorrente em grande parte da redução dos desequilíbrios a nível das finanças públicas, com destaque para as necessidades de financiamento interno;
- Nas “Transferências Correntes e Subsídios”, o crescimento de 19,5%, resultou sobretudo dos aumentos ocorridos nas rubricas “Subsídios Diversos”, “Pensão de Regime Não Contributivo” e “Municípios”, devido essencialmente aos subsídios de combustível pagos às Empresas Petrolíferas, ao maior número de beneficiários da Pensão das FAIMO e ao reforço das transferências aos Municípios.

2.2.3.2. Despesas de Investimentos

No ano de 2005 o montante previsto de despesas do Programa de Investimentos Públicos ascendeu a cerca de 16,4 milhões de contos, um

³ Os montantes das componentes das despesas de funcionamento bem como os respectivos pesos deverão sofrer alterações com a distribuição do valor a regularizar para as correspondentes rubricas.

acrécimo de cerca de 3,3 milhões de contos face ao ano precedente. Com base nos dados provisórios disponíveis foram investidos cerca de 11,6 milhões de contos, de 12,7% do PIB, traduzidos numa taxa de crescimento de 7,7% e uma taxa de execução de 71%.

Na óptica dos Programas Maiores e com relação à taxa de execução, destacam-se:

- “Desenvolvimento das Infra-estruturas de Transporte”, com a realização de cerca de 2,1 milhões de contos, o que consubstancia uma taxa de execução de cerca de 106% e cerca de 18% do total investido, sendo o subprograma com maior grau de realização e investimento efectuado o “Desenvolvimento das Infra-estruturas Rodoviárias” (em torno de 2,1 milhões de contos);
- O Programa “Consolidação, Modernização e Expansão do Sistema Educativo” registou uma taxa de execução de 89%, correspondente ao montante de aproximadamente 1,7 milhões de contos e 14% do realizado, sendo os subprogramas com maiores investimentos, “Adequação dos Recursos do Ensino Secundário às Exigências do Desenvolvimento” (cerca de 1,1 milhão de contos) e “Melhoria da Qualidade do Ensino Básico” (278 mil contos) e “Acção Social Escolar” (190 mil contos);
- O Programa “Reduzir a Pobreza e Promover a Inclusão Social dos Grupos Desfavorecidos”, com um investimento de cerca de 1 milhão de contos, o que representa uma taxa de execução de cerca de 86% e 9% do total realizado, sendo os subprogramas com maiores investimentos, “Melhoria do Acesso Social dos Pobres e das Comunidades Pobres” (764 mil contos) e “Criação de Uma Capacidade Institucional de Planificação” (209 mil contos);
- O Programa “Modernização do Sector Agrário e Desenvolvimento Rural” com a taxa de execução de 54% e um peso de 7%, correspondendo a 841,5 mil contos, sendo os subprogramas com maior realização “Reconversão da Agricultura de Sequeiro”(490 mil contos) e “Desenvolvimento da Agricultura Irrigada”(287 mil contos);
- O Programa “Protecção e Conservação do Ambiente” com a taxa de execução de 58% e uma participação de 7%, correspondendo a 825 mil contos, sendo os subprogramas com maior realização “Gestão Integrada dos Recursos Hídricos” (348 mil contos) e “Gestão da Vulnerabilidade Ambiental” (343 mil contos);
- O Programa “Promoção e Reforço do Saneamento Básico”, com a taxa de execução de 69% e uma contribuição de 7%, correspondendo a 801,6 mil contos, sendo o subprograma com maior realização “Abastecimento e Distribuição de Água” (660 mil contos);

No concernente aos financiamentos, aproximadamente 9,7 milhões de contos, cerca de 84% dos investimentos totais realizados, foram financiados através de recursos externos, que incluem os Fundos de Contrapartida da “Ajuda Alimentar” (5,3%), os “Donativos Directos” (43,4%) e os “Empréstimos

Externos” (35,3%); os restantes 16%, cerca de 1,9 milhões de contos, foram financiados com recursos internos.

Quanto aos financiamentos através dos Fundos de Contrapartida da “Ajuda Alimentar”, ascenderam a 611,9 mil contos, o que corresponde a cerca de 67% dos 914,6 mil contos orçados.

No que concerne ao financiamento através dos “Empréstimos Externos”, o montante desembolsado foi de cerca de 4,1 milhões de contos, o que representa 68% dos cerca de 6,1 milhões de contos orçados.

Relativamente ao financiamento através de Donativos Directos, o montante executado em torno de 5 milhões de contos em 2005, representa aproximadamente 68% dos cerca de 7,4 milhões de contos previstos no orçamento.

Em termos do financiamento através do Tesouro, o montante executado em torno de 1,9 milhões de contos, representa 93% dos cerca de 2 milhões de contos orçamentados, dos quais cerca de 169 mil contos foram financiados através do Cofre da Justiça.

2.3. Situação Monetária em 2005⁴

A evolução da situação monetária inscreveu-se num contexto de aceleração da actividade económica em 2005, de interrupção da cadência deflacionária e de um comportamento relativamente favorável da posição externa, que permitiu à Autoridade Monetária prosseguir com a política de afrouxamento das condições monetárias, iniciada em Dezembro do ano precedente, reflectida na diminuição da taxa de incidência das disponibilidades mínimas de caixa para os actuais 17% e na redução da taxa de cedência de 8,5% para 7,5%. Essas medidas de política, suportadas pelo reforço das reservas internacionais, contribuíram para a redução das taxas de juro médias praticadas pelos bancos comerciais.

Com a prossecução da política de afrouxamento das condições monetárias iniciada em Dezembro de 2004, o Banco de Cabo Verde reduziu, em Fevereiro, a taxa de cedência de 8,5% para 7,5% e, em Junho, o coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa em 1 p.p., para 17%.

Estas medidas contribuíram para a descida das taxas de juro médias na banca comercial.

A nível dos principais agregados monetários a evolução foi globalmente favorável, destacando-se o reforço das reservas internacionais líquidas, com um crescimento anual de 43,9%, ascendendo a cerca de 16,3 milhões de contos em termos absolutos, desempenho para o qual contribuíram nomeadamente influxos oficiais resultantes da ajuda orçamental e de desembolsos da dívida externa para execução de projectos.

⁴ A evolução da Situação Monetária e da Balança de Pagamentos têm por base informações do Banco de Cabo Verde.

No quadro do regime de câmbio fixo vigente, o comportamento deste agregado condiciona em grande medida a evolução da massa monetária alargada, M2. Esta cresceu 15,6%, 3,1 p.p. acima do programado. Por componentes, registou-se um aumento dos passivos monetários de cerca de 17,7%, associado aos acréscimos de 19,5% e 12,8% respectivamente nos depósitos à ordem em moeda nacional e na circulação monetária. A quase-moeda cresceu 14,3%, em decorrência sobretudo do aumento dos depósitos de emigrantes em 10,8%.

O crédito interno líquido ascendeu a cerca de 60,2 milhões de contos no final do ano, crescendo 5%, em resultado do aumento do crédito à economia em 9,3% face à redução do crédito ao sector público em 0,1%. Para a evolução do crédito à economia contribuíram sobretudo o crédito à habitação, que cresceu 5,7% e pesou 44% na respectiva estrutura. Cabe salientar ainda o forte crescimento de 24,7% do crédito ao comércio, restaurantes e hotéis.

O crédito líquido ao Sector Público Administrativo estabilizou-se em torno dos 25,6 milhões contos, em resultado do aumento contínuo dos depósitos e do acréscimo em torno dos 15% do crédito ao Governo Central, após a aprovação do Orçamento Rectificativo.

2.4. Balança de Pagamentos

As exportações cabo-verdianas registaram um comportamento positivo em 2005, crescendo cerca de 23,1% em termos reais, evolução para a qual contribuíram os serviços com um crescimento de cerca de 16,9% e os bens, com uns expressivos 55%. Cabe aqui realçar o pescado fresco, cuja taxa de crescimento ultrapassou os 200%, contrabalançando a redução das exportações de produtos transformados pelas empresas francas. Este comportamento excepcional, embora relativizado perante a reduzida base de partida, está associado ao término do bloqueio às exportações de pescado nacional pela União Europeia.

No concernente às exportações de serviços, não se verificou alteração do padrão tradicional em 2005, continuando a destacar-se as exportações de serviços ligadas aos transportes aéreos e a viagens por motivo de turismo, que registaram crescimentos de 15,7% e 12,6% respectivamente.

As importações de bens e serviços cresceram 9% em termos reais no ano em referência. Por categorias de bens, os maiores aumentos estiveram associados aos bens de capital (25,6%) - evolução em linha com a aceleração dos investimentos - e aos combustíveis (16%).

A melhoria do défice corrente em relação ao PIB de 5,9 p.p., atingindo cerca de 3,8%, contribuiu para a redução das necessidades de financiamento da economia - medidas pelo saldo conjunto das balanças corrente e de capital - que passaram de 7,2% do PIB para 1,8% em 2005.

Relativamente às transferências correntes, que também contribuíram positivamente para a redução do défice corrente, destacam-se as remessas de emigrantes com um forte crescimento em torno dos 30% em 2005.

Quanto aos donativos oficiais, de referir um decréscimo de 6,6%, não obstante ter-se registado em Outubro a entrada da primeira tranche dos fundos do MCA.

Cabe ainda salientar, a nível dos fluxos financeiros, um decréscimo em relação à realização de investimentos externos, na ordem dos 5,7%, um aumento significativo dos depósitos dos emigrantes e dos desembolsos da dívida externa pública, respectivamente 57,5% e 82%.

Globalmente a evolução da Balança de Pagamentos foi favorável, realçando-se a redução do estrutural défice corrente e o aumento das reservas internacionais líquidas para mais de 3 meses de importações de bens e serviços, facto inédito num período de 8 anos.

3. Orçamento para 2006

3.1. Perspectivas para 2006

As perspectivas para 2006 apontam no sentido da continuação de uma situação macroeconómica globalmente positiva, prevendo-se uma taxa de crescimento do PIB no intervalo [6,5%-7%].

No concernente à inflação, com o fim do período deflacionista, deverá verificar-se uma aceleração da cadência inflacionária, prevendo-se que a taxa média de inflação se situe em torno dos 3%. Esta previsão incorpora o recente reajuste nos preços dos combustíveis, que deverá repercutir-se nomeadamente nas tarifas dos transportes, podendo a magnitude da aceleração da inflação aumentar com a ocorrência de um mau ano agrícola.

Num cenário de manutenção duma evolução positiva da procura externa relevante para a economia cabo-verdiana, espera-se uma melhoria das exportações líquidas de serviços, relacionada em grande medida com o turismo. Prevê-se ainda um incremento significativo das transferências correntes e de capitais, contemplando as entradas de divisas no âmbito dos empréstimos contratados para 2006, a continuação de uma evolução favorável das remessas de emigrantes bem como o aumento na taxa de realização de investimentos externos. Neste quadro, em 2006 as reservas cambiais deverão manter-se acima dos 3 meses de importações de bens e serviços.

O défice orçamental global programado (incluindo donativos) ascende a cerca de 5.125,7 milhares de contos, aproximadamente 5,1% do PIB projectado para 2006 (99.957,31 milhares de contos), o que compara com os 2,9% do PIB associados à execução orçamental registada em 2005.

A estrutura do seu financiamento prevê uma participação à volta de 66,6% do financiamento externo (cerca de 3.414,09 mil contos) e a contribuição do financiamento interno em torno de 33,4% (aproximadamente 1.711,61 mil contos), respectivamente 3,4% e 1,7% em relação ao PIB.

Em termos dos agregados monetários espera-se uma desaceleração do crescimento da massa monetária alargada (M2) para cerca de 9,4% enquanto o

crédito à economia deverá crescer em torno dos 8%, de acordo com a programação do Banco Central.

3.2. Receitas

3.2.1. Evolução Recente

Em termos globais a evolução das receitas nos últimos três anos evidencia um crescimento positivo, tendo atingido em 2005 o total de 27.466 milhões de escudos, contra aproximadamente 24.705 milhões de escudos em 2004, o que se traduz num crescimento na ordem dos 11%. Para esta evolução positiva, destaca-se o contributo das receitas correntes de 13% e das receitas não fiscais de 24%.

Q 1. Evolução das Receitas

1.1.1. Designação	Em milhares de escudos				Taxa crescimento		
	2003	2004	2005	Prev. 2006	2004	2005	Prev. 2006
Receitas Correntes	17.966.670	18.601.270	20.992.820	24.625.518	0,04	0,13	0,17
Receitas Fiscais	15.166.766	16.771.270	18.728.820	21.251.534	0,11	0,12	0,13
Impostos	15.084.947	16.658.265	18.594.801	21.099.481	0,10	0,12	0,13
<i>Impostos sobre o rendimento</i>	<i>5.146.598</i>	<i>5.395.044</i>	<i>5.821.952</i>	<i>6.955.186</i>	<i>0,05</i>	<i>0,08</i>	<i>0,19</i>
IUR - Pessoas Singulares	3.001.773	3.174.427	3.516.313	3.727.292	0,06	0,11	0,06
IUR - Pessoas Colectivas	2.144.824	2.220.617	2.305.639	3.227.894	0,04	0,04	0,40
<i>Imposto sobre a Despesa</i>	<i>9.938.349</i>	<i>11.263.221</i>	<i>12.772.849</i>	<i>14.144.295</i>	<i>0,13</i>	<i>0,13</i>	<i>0,11</i>
Imp. s/ o Valor Acrescentado	0	5.591.802	6.551.893	7.362.647	n.d	0,17	0,12
Imp. s/ Consumo Especial	0	827.000	838.158	988.736	n.d	0,01	0,18
Imp. s/Transacções internacionais	6.742.043	3.912.449	4.231.322	4.501.012	-0,42	0,08	0,06
Direitos de Importação	4.329.900	3.852.732	4.231.322	4.501.012	-0,11	0,10	0,06
Emol. Gerais Aduaneiros	2.412.144	59.717	0	0	-0,98	-1,00	n.d
Imp. s/ Consumo	2.160.247	64.000	0	0	-0,97	-1,00	n.d
Imposto de Consumo	2.035.532	64.000	0	0	-0,97	-1,00	n.d
Imp. s/ Produtos Petrolíferos	0	0	0	0	n.d	n.d	n.d
Imp. Consumo Beb., Alc.e Tabaco	124.715	0	0	0	-1,00	n.d	n.d
Imposto de selo	681.097	732.896	803.820	914.733	0,08	0,10	0,14
Outros impostos s/ a despesa	354.962	135.074	347.656	377.167	-0,62	1,57	0,08
Outras Receitas Fiscais	81.819	113.005	134.019	152.053	0,38	0,19	0,13
Receitas não Fiscais	2.799.903	1.830.000	2.264.000	3.373.984	-0,35	0,24	0,49

3.2.2. Justificação das Previsões

A previsão para as receitas correntes do Estado aponta para um crescimento de 17% relativamente à execução de 2005. Globalmente prevê-se para 2006 um aumento das receitas fiscais na ordem dos 13% face à execução de 2005, representando mais de 2.523 milhões de escudos. Outrossim, regista-se um aumento das receitas não fiscais de 49%, ou seja, mais de 1.110 milhões de escudos em termos absolutos, em virtude do aumento significativo das

rubricas rendimentos de propriedade e financeiro que se cifram (em 2006) em cerca de 1.005 milhões de escudos.

Discriminando essa evolução positiva das receitas fiscais nos últimos três anos, destaca-se o impacto da reforma fiscal, nomeadamente da introdução do Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA), cujo aumento se cifrou em 17% face à arrecadação de 2004, aliado ao aumento do IUR pessoas singulares de 11%, em virtude da melhoria na cobrança, e dos Direitos de importação de 10% em 2005 face ao ano anterior.

Os dados do quadro seguinte mostram as previsões das receitas fiscais com a discriminação da situação dos principais impostos, espelhando as variações quer em termos percentuais quer em termos absolutos, face à execução de 2005.

Q 2. Previsão das Receitas Fiscais

Designação	Em milhares de escudos				Varição Abs.	Varição	
	Execução 2004	Orç. Ret. 2005	Execução 2005	Prev. 2006	Previsão 2006	Exec. 2005	Prev. 2006
Receitas Correntes	18.601.270	20.730.814	20.992.820	24.625.518	3.632.698	0,13	0,17
Receitas Fiscais	16.771.270	17.749.712	18.728.820	21.251.534	2.522.714	0,12	0,13
Impostos	16.658.265	17.649.794	18.594.801	21.099.481	2.504.680	0,12	0,13
<i>Impostos sobre o rendimento</i>	5.395.044	6.390.773	5.821.952	6.955.186	1.133.234	0,08	0,19
IUR - Pessoas Singulares	3.174.427	3.457.180	3.516.313	3.727.292	210.979	0,11	0,06
IUR - Pessoas Colectivas	2.220.617	2.933.593	2.305.639	3.227.894	922.255	0,04	0,40
<i>Imposto sobre a Despesa</i>	11.263.221	11.259.021	12.772.849	14.144.295	1.371.446	0,13	0,11
Imp. s/ o Valor Acrescentado	5.591.802	5.812.097	6.551.893	7.362.647	810.754	0,17	0,12
Imp. s/ Consumo Especial	827.000	712.606	838.158	988.736	150.579	0,01	0,18
Imp. s/Transac.internacionais	3.912.449	3.664.498	4.231.322	4.501.012	269.690	0,08	0,06
Direitos de Importação	3.852.732	3.664.498	4.231.322	4.501.012	269.690	0,10	0,06
Emol. Gerais Aduaneiros	59.717	0	0	0	0	-1,00	0,00
Imp. s/ Consumo	64.000	0	0	0	0	-1,00	0,00
Imposto de Consumo	64.000	0	0	0	0	-1,00	0,00
Imp. s/ Produtos Petrolíferos	0	0	0	0	0	0,00	0,00
Imp.Consum.Beb., Alc.e Tabaco	0	0	0	0	0	0,00	0,00
Imposto de Selo	732.896	771.897	803.820	914.733	110.913	0,10	0,14
Outros impostos s/ a despesa	135.074	297.923	347.656	377.167	29.510	1,57	0,08
Outras Receitas Fiscais	113.005	99.918	134.019	152.053	18.034	0,19	0,13

Tendo em conta o cenário macroeconómico que aponta para uma taxa de crescimento no intervalo [6,5%, 7%], prevê-se para 2006 uma arrecadação de receitas fiscais de mais de 2.522 milhões de escudos do que em 2005. Para este

aumento de receitas fiscais destacam-se, em termos globais, a contribuição do IUR com um acréscimo de mais de 1.133 milhões de escudos e do imposto sobre a despesa com mais de 1.371 milhões de escudos.

A parcela da contribuição do imposto único sobre rendimento resulta sobretudo do aumento do IUR pessoas colectivas (com acréscimo de 40% face à estimativa de 2005) e do imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

De acordo com a política fiscal definida pelo Governo no seu programa para esta legislatura, esta previsão do crescimento da arrecadação dos impostos resultará sobretudo do combate à fraude e evasão fiscal e da melhoria na cobrança das dívidas através do processo de encontro de contas com as empresas devedoras do Estado.

Assim, discriminando, em sede do imposto sobre rendimento (IUR) prevê-se, a nível do IUR pessoas singulares, arrecadar mais 210 milhões de escudos (+6%), enquanto que o IUR-PC, que incide sobre as empresas, aumentará em 922 milhões de escudos (+40%), evolução para a qual deverão contribuir os encontros de contas com as petrolíferas e empresas de construção civil.

A nível dos impostos sobre a despesa (impostos indirectos) o que mais cresce em termos da previsão de arrecadação é o IVA, que é também pago nas Alfândegas, o qual aumentará em 2006 mais de 810 milhões de escudos (+12%), cifrando-se em 7.363 milhões de escudos, contra 6.552 milhões arrecadados em 2005. Em segundo lugar destacam-se os Direitos de Importação que de acordo com a previsão atingem 4.501 milhões de escudos, ou seja, um acréscimo de 270 milhões de escudos (+6%). Espera-se ainda arrecadar em 2006, 915 milhões de escudos do Imposto de Selo, ou seja, mais 14% do que em 2005.

Como mostram os dados do quadro anterior, com referência às receitas fiscais, em termos absolutos os impostos sobre a despesa aumentarão mais do que o imposto sobre o rendimento, embora o IUR apresente uma maior taxa de crescimento (19%).

3.2.3. Análise Dos Benefícios Fiscais Concedidos Em 2004

3.2.3.1. Direcção Geral das Contribuições e Impostos

A análise incide sobre um universo de 105 empresas que segundo as Repartições de Finanças concelhias usufruíram de benefícios fiscais (isenção e redução do IUR) durante o ano económico de 2004⁵. Esses benefícios fiscais representaram para o erário público uma perda de receita equivalente a 277.061.900\$00 (duzentos e setenta e sete milhões, sessenta e um mil e novecentos escudos) no ano atrás referido.

Importa salientar que os dados utilizados neste trabalho dizem respeito aos concelhos onde se registam maior concentração de empresas portadoras do direito a benefícios fiscais, a saber: Praia, Sal, S. Vicente e Boa Vista. Os

⁵ Os dados referentes a 2005 ainda não se encontram disponíveis. De acordo com o calendário fiscal da DGCI as empresas deverão fazer a entrega da contabilidade referente ao ano de 2005 até 30 de Maio.

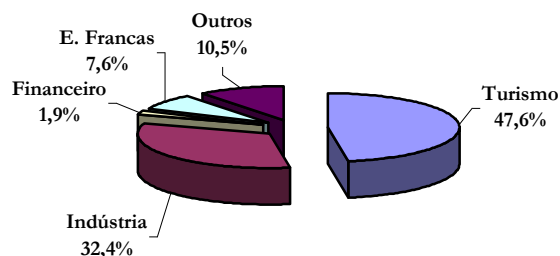
restantes concelhos do País têm ainda pouca expressão, quer no que se refere à quantidade de empresas com direito a benefícios fiscais, quer no que concerne ao montante dos benefícios absorvidos. De modo que a não inclusão dos dados desses concelhos neste trabalho em pouco ou em nada influencia o valor dos benefícios fiscais atribuídos em 2004.

Deve ainda ser enfatizado que a irregularidade com que as análises dos benefícios fiscais são levadas a cabo, dificulta sobremaneira a confrontação dos dados referentes aos sucessivos anos. A título de exemplo, em 2002 foi realizada uma análise sobre os benefícios fiscais concedidos durante o referido ano, no entanto em 2003 a mesma análise não chegou a ser realizada, o que dificulta a confrontação dos dados de 2004 com os de 2003. Assim sendo, e por que não existem outras referências comparáveis, a presente análise incidiu única e exclusivamente sobre os dados de 2004 e de 2002.

Na presente análise foram identificadas 105 empresas que, segundo dados das Repartições de Finanças concelhias, usufruíram de benefícios fiscais (isenção ou redução do IUR) durante o ano económico de 2004. De acordo com os mesmos dados, o montante dos benefícios fiscais concedidos em 2004 ascende aos 277.061.900\$00 (duzentos e setenta e sete milhões, sessenta e um mil e novecentos escudos).

Das 105 empresas identificadas, 47,6% pertencem ao sector do turismo, 40% ao sector da indústria (7,6% dos quais são empresas francas) e 4,8% ao sector dos transportes. As restantes 7,6% estão repartidas pelos sectores de: construção civil, de infra-estruturação turística, das finanças (IFI's), do comércio (loja franca) e do artesanato.

G5. N° DE EMPRESAS POR SECTORES

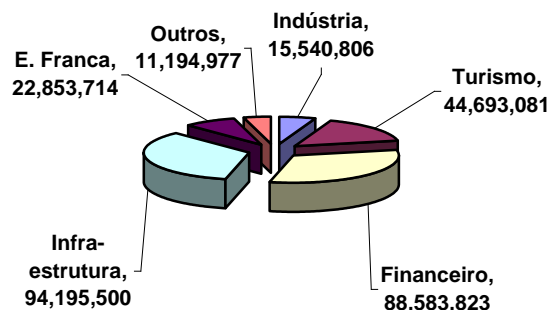


Importa, entretanto, salientar que das 105 empresas identificadas apenas 36 (cerca de 1/3) apresentaram resultados positivos, sendo que as restantes 69 (ou seja, a grande maioria) apresentaram resultados negativos, o que deve ser motivo de alguma reflexão: pois, se por um lado, não há perdas fiscais para o Estado (entenda-se concessão de benefícios fiscais), por outro, não há criação de riqueza para a economia nacional.

MONTANTE DE INCENTIVOS, POR SECTOR DE ACTIVIDADE

No que tange ao montante dos incentivos fiscais concedidos por sector de actividade em 2004, a maior fatia coube ao **sector da infra-estrutura turística**, representado por um único projecto – o Projecto de Infra-estruturação da Zona da Ponta Preta, Ilha do Sal (CABOCAN), que absorveu 34%, ou seja 94.195.500\$00, do total dos incentivos concedidos.

G6.BENEFÍCIOS FISCAIS POR SECTORES



Em segundo lugar surge o **sector financeiro**, representado por duas instituições financeiras internacionais, a saber: o Banco Fiduciário Internacional e o Banco Insular. Enquanto que o primeiro apresentou um resultado negativo na ordem dos 85.819.331\$00, o segundo apresentou um lucro fiscal de 295.279.410\$00, tendo absorvido 32% do total dos incentivos fiscais concedidos em 2004 ,ou seja, 88.583.823\$00.

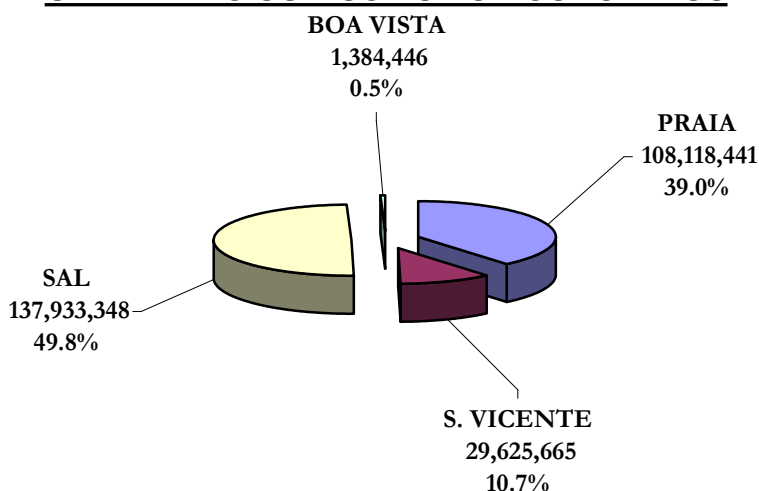
Em terceiro e quarto lugares, surgem os sectores denominados tradicionais, designadamente, o **sector do turismo** e o **sector da indústria** respectivamente. Enquanto que o sector do turismo foi responsável pela absorção de 16,1% (44.693.081\$00) do total dos incentivos fiscais concedidos em 2004, o sector da indústria absorveu 13,8% (38.394.520\$00). Importa realçar que desses 38.394.520\$00 pertencente ao sector da indústria, mais de metade desse valor foi absorvido pelas empresas francas.

Os **restantes sectores**, designadamente construção civil, transportes, artesanato e comércio (este constituído por uma loja franca) foram agrupados num único sector, que nesta análise se convencionou chamar de **outros**. Este sector absorveu 4,1% (11.194.977\$00) do total dos incentivos fiscais concedidos em 2004.

Montante de Incentivos por Concelho

No que concerne à distribuição dos incentivos fiscais pelos diversos Concelhos do País a situação é a seguinte:

G7. BENEFÍCIOS FISCAIS POR CONCELHOS



O **Concelho do Sal**, representado por 32 empresas, foi indubitavelmente aquele que absorveu a maior fatia dos incentivos fiscais concedidos em 2004, a saber cerca de 49,8% ou seja, 137.933.348\$00.

Em segundo lugar surge o **Concelho da Praia**, com 31 empresas, sendo responsável pela absorção de 39% (108.118.441\$00).

Em terceiro e quarto lugares surgem os **Concelhos de S. Vicente e da Boa Vista** que são responsáveis, respectivamente, pela absorção de 11% e 0,5% do total dos benefícios fiscais concedidos em 2004.

Análise Comparativa dos Dados de 2004 e 2002

Por Sector de Actividade

Em 2004 o número de empresas que beneficiaram de incentivos fiscais foi de 105 unidades, contra 129 registado em 2002. Esta variação representa em termos relativos um decréscimo na ordem dos 19% relativamente ao ano de 2002. Este decréscimo está directamente relacionado com a diminuição do número de empresas beneficiárias, tanto do sector do turismo, como do sector da indústria. Pois, em 2004 o número de empresas beneficiárias do **sector do turismo** foi de 50 unidades, contra 63 em 2002, enquanto que no **sector da indústria** as empresas beneficiárias passaram de 53 em 2002 para 42 em 2004.

Refira-se que a redução do número de empresas beneficiárias em 2004 (face a 2002) não se traduziu numa diminuição do montante de incentivos fiscais concedidos nesse mesmo ano. Ao invés, em 2004 registou-se um aumento de incentivos fiscais na ordem dos 36% face ao valor registado em 2002. Este aumento deve-se fundamentalmente a duas empresas, a saber: o **Banco**

Insular (Instituição Financeira Internacional) e a **Cabocan** (Sociedade de Desenvolvimento Turístico). Importa realçar que essas duas empresas foram responsáveis por mais de 60% do total dos incentivos fiscais concedidos em 2004.

Q 3. Nº Empresas Sector

Sector	2002	2004	Variação 2004/2002
Turismo	63	50	- 21%
Indústria	53	42	- 21%
Outros	13	13	1
TOTAL	129	105	- 19%

Nos sectores ditos tradicionais, **turismo e indústria**, a situação foi diferente, na medida em que a diminuição do número de empresas traduziu-se efectivamente na redução do montante dos incentivos concedidos.

Q 4. Incentivos Concedidos

Sector	2002	2004	Variação 2004/2002
Turismo	138.662.127,00	44.693.081,00	-68%
Indústria	34.972.419,00	15.540.806,00	-56%
Infra-estruturas	-	94.195.500,00	-
Inst. Financeiras	-	88.583.823,00	-
Outros	30.070.840,00	34.048.690,00	13%
Total	203.705.386,00	277.061.900,00	36%

Por Concelho

No que tange à evolução dos dados de 2004 comparativamente aos de 2002, a situação é a seguinte:

No **Concelho do Sal**, o número de empresas que beneficiaram de incentivos fiscais passou de 38 unidades em 2002 para 31 unidades em 2004, registando-se uma evolução negativa equivalente a 18,4%. Não obstante à redução do número de unidades o montante dos incentivos fiscais concedidos em 2004, neste concelho, registou um aumento de 26,5% quando comparado com o montante concedido no mesmo concelho em 2002.

No tocante ao **Concelho da Praia**, o número de empresas beneficiárias reduziu-se para 32 unidades contra 43 em 2002. Contudo o montante dos incentivos fiscais concedidos em 2004 aumentou mais de três vezes, passando de 23.152.758\$00 em 2002 para 108.118.441\$00 em 2004.

A situação no **Concelho de S. Vicente** é também idêntica às situações verificadas nos concelhos do Sal e da Praia – o número de empresas beneficiárias passou de 33 em 2002 para 30 em 2004, enquanto que o montante

dos incentivos fiscais registava uma tendência inversa, passando de 15.808.295\$00 em 2002 para 29.625.665\$00 em 2004, tendo sofrido um incremento na ordem dos 87%.

No **Concelho da Boa Vista** a tendência registada é oposta à verificada nos concelhos do Sal, da Praia e de S. Vicente. Pois, enquanto que o número de empresas beneficiárias aumentava de 10 unidades em 2002 para 12 em 2004, o montante dos incentivos fiscais sofria uma diminuição na ordem dos 23%.

Q 5. Evolução por Concelho

Concelho	2002		2004		Variações em % 2004/2002	
	Nº Empresas	Montante	Nº Empresas	Montante	Nº	Montante
Sal	38	109.000.610	31	137.933.348	- 18,4	26,5
Praia	43	23.152.758	32	108.118.441	- 25,6	367,0
S.Vicente	33	15.808.295	30	29.625.665	- 9,1	87,4
Boa Vista	10	1.802.431	12	1.384.446	20,0	- 23,2
Tarrafal	5	832.993	-	-	-	-
TOTAL	129	150.597.087	105	277.061.900	- 18,6	84,0

3.2.3.2. Direcção Geral das Alfândegas

Os benefícios fiscais referentes ao ano de 2005 estão assim discriminados:

G 6. Benefícios Concedidos

SECTORES DE ACTIVIDADES	MONTANTE PERDAS DE RECEITA
Não Residentes de Regresso Definitivo (Viaturas dos emigrantes)	221.792.515,00
Indústria	273.795.701,00
Turismo	577.799.974,00
Saúde	25.700.276,00
Agro-Pecuário	27.492.284,00
Donativos e Projectos Financiados	40.520.360,00
Outros	1.216.425.196,00
TOTAL	2.383.526.306,00

E o montante de receitas arrecadadas pela DGA no mesmo período é de 9.815.483.542 de escudos.

Pode-se rapidamente constatar, a partir do quadro anterior, o impacto financeiro desses benefícios fiscais. As perdas de receitas resultantes dos benefícios fiscais representam 23,8% do total das receitas arrecadadas pela DGA.

As isenções e reduções de impostos aduaneiros na importação de mercadorias visam essencialmente incentivar os sectores produtivos específicos (Indústria, Turismo, Pescas, Agricultura etc.), cuja actividade se pretende encorajar ou ceder prerrogativas a organismos ou pessoas em que a condição predominante é a natureza de importador (Estado, Organismos Internacionais, Corpo Diplomático, Instituições de Beneficência, Emigrantes, entre outros).

O grosso dos benefícios fiscais aduaneiros estende-se pelas áreas do Turismo, Indústria, Nacionais Não Residentes de Regresso Definitivo, Agricultura, Saúde, Desporto, Ajudas ao Desenvolvimento Nacional, Confissões Religiosas, Comunicação Social, entre outras.

A DGA confronta-se com algumas dificuldades no controlo e fiscalização do destino, uso ou aplicação das mercadorias objecto de favores fiscais aduaneiros para os fins a que foram concedidos. Mas algumas medidas estão sendo levadas a cabo no intuito de reforçar o controlo e a fiscalização dessas mercadorias.

De entre as áreas que precisam da intervenção do Governo, destaca-se:

TURISMO

Torna-se necessário um maior rigor na concessão de utilidade turística a certos empreendimentos, nomeadamente aos aldeamentos turísticos, que se dedicam à venda de construções a nacionais e estrangeiros, o que vem desvirtuando o objectivo preconizado.

Verifica-se também uma certa resistência, por parte das empresas beneficiárias, em apresentar nas alfândegas, os projectos e as respectivas listas dos cadernos de encargos, devidamente aprovados, apesar de se encontrar consagrada a obrigatoriedade da sua apresentação na Lei do Orçamento.

INDÚSTRIA

Os incentivos aduaneiros à produção nesta área encontram-se fundamentalmente consagrados no estatuto industrial estabelecido pelo D. Lei nº 108/98 de 30/12, com alteração introduzida pelo nº 7 da lei nº 95/93, de 31/12, e pelo artigo 46º da lei nº7/IV/2002, de 28 de Janeiro.

As preocupações apontadas no Sector do Turismo são, de uma maneira geral, as que se verificam na área do Indústria, designadamente:

- Situações de alguns estabelecimentos industriais inscritas no cadastro industrial, face à comparação do sacrifício fiscal com os benefícios que podem trazer para o país, principalmente quando se trata de “Investimentos Externos”, nomeadamente empresas constituídas com capital social de valor diminuto;
- Aprovação do quadro respeitante a matérias primas e subsidiárias pelas Direcções Regionais de Indústria, em que se considera, por exemplo, como matéria prima, material de construção (cimento, ferro, azulejos,

louças sanitária etc.) para empresas de construção civil, que, muitas vezes, dedicam-se também à venda de material de construção.

NÃO RESIDENTES DE REGRESSO DEFINITIVO – NRRD

O diploma base das isenções aduaneiras dirigidas a nacionais não residentes, regressados definitivamente, é o D. Lei nº139/91 de 5/10, alterado pela lei nº 26/V/97 de 23/06, e regulamentado pelo Decreto nº 27/92, de 22/02.

O principal problema que se põe em relação às viaturas importadas por NRRD, consiste na prática de uma fraude fiscal, que assume facetas das mais sofisticadas, no aproveitamento indevido e abusivo dos diplomas legais que estabelecem benefícios para os emigrantes, não obstante haver controlo da efectividade do regresso definitivo feito de forma substancialmente téorica, em que tal regresso não passa, em muitos casos, de simples declaração de intenção.

Nesse caso, é absolutamente necessária a colaboração quer da Polícia de Trânsito quer da Guarda-fiscal.

3.2.4. Medidas de Política Fiscal

Novo Código Geral Tributário

Encontra-se em fase de discussão a nova proposta do Código Geral Tributário. Essa nova legislação, que se pretende seja moderna e adaptada à nossa realidade poderá, ainda no decorrer desse ano económico, ser discutida com as principais entidades e intervenientes que fazem uso desse instrumento e serão criadas as condições necessárias para a sua implementação.

Espera-se que com a implementação desse importante instrumento, a administração fiscal se torne mais célere, eficiente, e conseqüentemente impulsione o aumento das receitas fiscais.

Técnicos de Contas

Convindo pôr cobro às infracções e irregularidades levadas a efeito por uma parte não negligenciável dos Técnicos de Contas, que apõem as suas assinaturas nos processos contabilísticos das empresas sem terem feito o devido acompanhamento nem tratarem os processos contabilísticos de conformidade com os comandos legais, o Governo irá consolidar o processo de implementação da Ordem dos Auditores e Técnicos de Contas e conseqüentemente estabelecer um conjunto de medidas de carácter sancionatório no sentido de penalizar os prevaricadores da lei por um lado e por outro, dignificar melhor essa profissão para quem quer exercê-la com o rigor, a nobreza e a ética que a mesma requer.

Regularização das Dívidas Fiscais

De entre as várias funções do Estado, destaca-se com particular acuidade a de realizar a satisfação do bem comum, que acaba por se concretizar num

regime de obrigações que devem ser realizadas com sua finalidade por toda a parte onde se torna necessária a sua acção.

Como é natural, terão de existir para o efeito regras especiais que controlem e disciplinem a actividade estatal, tendo em vista a aquisição e utilização dos meios que conduzam à satisfação dessas necessidades colectivas.

Visando o Estado a satisfação de necessidades públicas da colectividade, ele terá que desenvolver consideráveis actividades tendentes à obtenção de receitas e à subsequente realização de despesas, pois só mediante esses meios poderá vir a concretizar as suas finalidades específicas.

Porém, a actividade estatal, como acontece com todas as actividades, pressupõe a existência de um custo. Para que o Estado possa suportar com os custos que a satisfação das necessidades colectivas implica, tem de cobrar os impostos aos contribuintes, o que nem sempre é bem visto por estes.

Convindo debelar paulatinamente esse flagelo fiscal e garantir mais meios financeiros ao Estado para a satisfação das necessidades colectivas, o Governo durante o ano de 2006, com a urgência que a situação requer, irá adoptar medidas excepcionais com vista à recuperação dessas dívidas de modo a fazer com que entre mais receitas para o tesouro público.

Fará junto dos contribuintes uma ampla divulgação das faculdades concedidas, informando-os de uma forma mais completa possível quanto ao modo de saldarem as suas dívidas para com o fisco, sem grandes constrangimentos.

Estabelecerá um período de graça para a regularização das dívidas fiscais no entanto, tomará medidas necessárias e convenientes, para que findo o tempo das facilidades, a Administração Fiscal actue com firmeza e eficácia, fazendo cobrança coerciva caso os contribuintes não diligenciarem para o cumprimento do estipulado na lei.

Combate à Fraude e Evasão Fiscal

A Administração Fiscal no exercício da sua função fiscalizadora, deve prestar rigorosa atenção de que toda a fuga ao imposto ou a falta de cumprimento exacto dos preceitos implica distorção dos critérios que serviram à elaboração da lei e tem resultados de manifesta importância nos campos jurídico, psicológico e económico.

A medida de cobrança de receitas fiscais julgadas necessárias pelo legislador, não pode deixar de ser alcançada. Assim a fuga ao imposto levada a cabo pelos destinatários da obrigação fiscal tem como efeito a necessidade de uma nova distribuição, pelos cidadãos, dos encargos que não foram satisfeitos por aquele que o devia.

Os efeitos psicológicos de fuga ao imposto ou da eficácia dos métodos de subtracção ao cumprimento das leis fiscais reflectem-se em todo o ambiente, produzindo nos demais contribuintes não só uma justa reacção contra o novo

encargo que tem que suportar por virtude das fugas, mas também uma adopção de espírito de imitação ou de sugestão que é francamente seguido no processo de formação de consciência colectiva.

Os efeitos de uma rigorosa fiscalização do cumprimento da lei fiscal projectam também em larga e importante medida no campo de economia nacional. A fuga e a evasão fiscal invalidam todos os critérios por que o legislador avaliou a distribuição da carga fiscal e implica discriminações que no campo económico têm como expressão uma desleal e ilegal concorrência entre as empresas. Produz ainda importantes alterações ao regular funcionamento dos factores de produção e frustra inteiramente os fins da política económica realizada através do legal estabelecimento de discriminações tributárias.

No exercício da acção preventiva compete à Administração não só prestar todas as esclarecimentos de que os contribuintes careçam para o bom cumprimento das obrigações fiscais, mas também surpreender os estados tendentes ao cometimento de infracções ou suspeitos da sua probabilidade ou preparação e realizar todas as diligências possíveis para que a infracção não seja cometida e para que os ambientes preparatórios ou propícios à fuga ao imposto se tornem ineptos.

Para um combate eficaz à fuga e à evasão fiscal em todas as frentes por onde vêm surgindo, é necessário que haja uma legislação moderna e adaptada à nossa realidade, é necessário que os recursos humanos estejam convenientemente preparados para o exercício dessa melindrosa função mas sobretudo, motivados para a árdua tarefa que é a de arrecadar impostos.

3.3. Análise das Despesas Públicas

3.3.1. Despesas Globais

Q 7. Evolução das Despesas Públicas (Valores em milhões de escudos)⁶

Designação	Execução			Prev. 2006	Variação (%)			Estrutura (%)			
	2003	2004	2005		03/04	04/05	05/06	2003	2004	2005	2006
Despesa corrente	16.820	16.832	18.872	24.154	0,1	12,1	28,0	98,7	99,4	98,9	98,9
Despesa com pessoal	8.561	8.735	9.645	11.196	2,0	10,4	16,1	50,2	51,6	50,5	45,8
Aquisição de bens e serviços	316	379	388	416	19,7	2,5	7,3	1,9	2,2	2,0	1,7
Fornecimentos e serv. externos	1.075	988	1.119	1.457	-8,1	13,3	30,2	6,3	5,8	5,9	6,0
Encargos da dívida	1.998	2.056	1.930	1.822	2,9	-6,1	-5,6	11,7	12,1	10,1	7,5
Transferências correntes	3.658	3.512	3.776	5.484	-4,0	7,5	45,3	21,5	20,7	19,8	22,4
Subsídios		564	546	2.653	###	-3,1	385,9	0,0	3,3	2,9	10,9
Outras despesas correntes	1.212	600	1.469	1.125	-50,5	144,9	-23,4	7,1	3,5	7,7	4,6
Despesas correntes primárias	14.822	14.777	16.943	22.331	-0,3	14,7	31,8	86,9	87,2	88,8	91,4
Despesas de capital	229	108	216	276	-53,0	100,1	27,9	1,3	0,6	1,1	1,1
Total despesa funcionamento	17.049	16.940	19.088	24.430	-0,6	12,7	28,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total despesas de funcionamento	17.049	16.940	19.088	24.430	-1	13	28	67,6	67,7	62,2	60,0
Total Programa de Investimento Público	8.167	8.070	11.624	16.290	-1,2	44,0	40,1	32,4	32,3	37,8	40,0
Total global de despesa	25.216	25.011	30.712	40.719	-0,8	22,8	32,6	100,0	100,0	100,0	100,0

⁶ Os montantes constantes do quadro já incluem a distribuição do valor a regularizar pelas diferentes componentes das despesas de funcionamento.

Para o ano de 2006 prevê-se um montante de despesas públicas da ordem dos 40,7 milhões de contos, 32,6% superior ao montante executado no ano anterior, das quais 24,4 milhões para fazer face ao funcionamento do Estado (+28%) e 16,3 milhões para os investimentos (+40,1%). Assim, o funcionamento corresponde a 60% do total das despesas e os investimentos a 40%. mantendo-se a tendência verificada no ano anterior do reforço do investimento público previsto no total de despesas.

Para o forte crescimento das despesas de funcionamento para o corrente ano concorrem:

- **Despesas com pessoal** – Representando 50,5% das despesas de funcionamento, em 2005, crescem 16,1%, traduzindo-se numa taxa de incidência (contribuição para o aumento das despesas de funcionamento) de cerca de 8,1%. Os principais factores de crescimento são o impacto da lei medida implementada no ano transacto, a previsão do aumento salarial e a integração dos funcionários públicos na Previdência Social. Não obstante o seu crescimento, o seu peso nas despesas de funcionamento cai para 45,8%, devido ao aumento mais que proporcional das várias rubricas de despesas classificadas como Encargos Comuns;
- **Fornecimentos e serviços externos** – Com a participação de 5,9% das despesas em 2005, aumentam 30,2% em 2006, contribuindo para o crescimento das despesas, em 1,8%. Na base deste crescimento destaca-se sobretudo o impacto directo e indirecto do aumento dos preços dos combustíveis.
- **Transferências Correntes** – Com o peso de 19,8% em 2005, crescem 45,3%, concorrendo em 9% para o aumento das despesas de funcionamento. O principal componente são as transferências aos Municípios, que passam de aproximadamente 1,15 milhão de contos para 2,49, ou seja, um crescimento de cerca de 116,5%.
- **Subsídios** – Tendo um peso inexpressivo em 2005 (somente 2,9%), crescem 385,9%, concorrendo em 11,2% para o crescimento das despesas e passando a significar 10,9% das despesas. O significativo aumento deriva da assumpção pelo Estado do choque externo decorrente do aumento dos produtos petrolíferos, que se traduziu na orçamentação de 2.400 milhões de escudos de subsídios às empresas petrolíferas, para compensação dos preços dos combustíveis e do défice tarifário à Electra de 0,25 milhões de contos.

Em síntese, os **Encargos Comuns**, orçamentados no Ministério das Finanças e Administração Pública, compostos maioritariamente por encargos da dívida, transferência aos Municípios, pensões, restituições, subsídios, indemnizações, despesas extraordinárias, que em 2005, rondavam os 6.000 milhões de escudos, em 2006, elevam-se a cerca de 10,6 milhões de contos, isto é, passaram de 31,3% para 43,2% das despesas de funcionamento.

3.3.2. Despesas de Funcionamento – Por Orgânica

Execução em 2005 e Previsão para 2006

A evolução das despesas em termos orgânicos, não mostra grandes variações, com as seguintes ressalvas:

- **Ministério das Finanças e Administração Pública** – Para 2006 o montante é fixado em cerca de 11,6 milhões de contos, ou seja, um crescimento da ordem dos 54,7%, o que implica uma incidência no crescimento das despesas de funcionamento na ordem dos 21,4%. O principal factor de crescimento está anunciado acima como “Encargos Comuns”, acrescido ao facto de receber ainda a Secretaria de Estado da Administração Pública. O seu peso passa de 39,1% para 47,3%;

Q 8. Despesas de Funcionamento, por Orgânica (Valores em milhões de escudos)

Designação	Execução			Prev.	Variação (%)			Estrutura (%)			
	2003	2004	2005		03/04	04/05	05/06	2003	2004	2005	2006
Presidência da República	92	99	112	101	7,9	13,1	-9,8	0,5	0,6	0,6	0,4
Assembleia Nacional	471	521	540	565	10,8	3,5	4,7	2,8	3,1	2,8	2,3
Supremo Tribunal de Justiça	27	21	25	26	-22,0	18,9	2,2	0,2	0,1	0,1	0,1
Procuradoria Geral da República	11	21	22	25	94,0	3,0	17,7	0,1	0,1	0,1	0,1
Tribunal de Contas	30	37	40	46	23,8	6,7	16,5	0,2	0,2	0,2	0,2
Chefia do Governo	404	354	356	445	-12,3	0,4	25,1	2,4	2,1	1,9	1,8
Ministério do Cultura	70	144	104	125	104,2	-27,8	20,7	0,4	0,8	0,5	0,5
Ministério da Defesa	565	573	636	626	1,3	11,1	-1,6	3,3	3,4	3,3	2,6
Ministério da Economia Crescimento e Competitividade	117	119	118	136	2,1	-0,5	15,0	0,7	0,7	0,6	0,6
Ministério da Educação e do Ensino Superior	4.473	4.589	4.951	5.373	2,6	7,9	8,5	26,2	27,1	25,9	22,0
Ministério da Justiça	491	483	516	559	-1,5	6,7	8,5	2,9	2,9	2,7	2,3
Ministério da Administração Interna	774	844	1.135	1.260	9,1	34,4	11,1	4,5	5,0	5,9	5,2
Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública	982	34	32	0	-96,5	-6,7	-100,0	5,8	0,2	0,2	0,0
Ministério da Saúde	1.414	1.409	1.601	1.740	-0,3	13,6	8,7	8,3	8,3	8,4	7,1
Ministério das Finanças e da Administração Pública	5.486	6.373	7.471	11.559	16,2	17,2	54,7	32,2	37,6	39,1	47,3
Ministério das Infraestruturas, Transportes e Mar	282	227	284	366	-19,5	24,9	29,1	1,7	1,3	1,5	1,5
Ministério do Ambiente e da Agricultura	495	249	249	494	-49,8	0,1	98,7	2,9	1,5	1,3	2,0
Ministério do Trabalho e da Família	183	193	197	184	5,5	2,2	-6,6	1,1	1,1	1,0	0,8
Ministério dos Negócios Estrangeiros	686	650	703	760	-5,2	8,1	8,1	4,0	3,8	3,7	3,1
Ministério da Descentralização, habitação e Ordenamento do território	0	0	0	38	###	###	####	0,0	0,0	0,0	0,2
Total	17.049	16.940	19.088	24.430	-0,6	12,7	28,0	100	100	100	100

- **Ministério da Saúde** – Cresce 13,6% em 2005 e 8,7% em 2006, reduzindo o seu peso (7,1%) no total das despesas. O decréscimo da sua participação nas despesas em 2006 deve-se ao crescimento mais que proporcional dos Encargos Comuns;
- **Ministério da Educação e Ensino Superior** – Cresce 7,9% e 8,5%, em 2005 e 2006 respectivamente e o seu peso ronda os 26,5% entre 2003/05 e, em 2006, fica-se pelos 22%;

- **Ministério do Ambiente e Agricultura** - O elevado crescimento para 2006 (98,7%) não é senão aparente, pois resulta do facto de a execução em 2005 não contemplar os dados do Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos e do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica;
- **Ministério das Infra-estruturas, Transportes e Mar** – Cresceu 24,9% em 2005 e prevê-se 29,1% para 2006, que resultam respectivamente sobretudo da criação do Instituto das Comunicações e Tecnologia de Informação e da integração do Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas;
- **Ministério da Administração Interna** – O seu crescimento de 34,4% e 11,1 respectivamente em 2005 e 2006, resulta da sua consolidação e do reforço da Polícia de Ordem Pública, pois trata-se de um Ministério de criação recente;
- **Ministério da Cultura** – O Orçamento para 2006 representa um montante 20,7% superior à execução de 2005, devido sobretudo ao reforço do orçamento do Instituto de Investigação e Património Cultural.

Em síntese regista-se em 2006 uma diminuição generalizada do peso dos Ministérios no total das despesas, salvo o Ministério das Finanças e Administração Pública, devido ao aumento mais do que proporcional das despesas associadas aos “Encargos Comuns”, inscritos no orçamento deste último. Assim, nomeadamente os Ministérios da Saúde e da Educação, não obstante os aumentos de aproximadamente 139 mil contos e 422 mil contos respectivamente, 8,7% e 8,5% em termos relativos, vêm o seu peso diminuir em 2006.

3.3.3. Despesas de Investimento

3.3.3.1. Quadro Referencial

A elaboração do Orçamento do Estado para 2006, na vertente Programa de Investimentos Públicos, tem como referência o Programa do Governo aprovado pela Assembleia Nacional, enquanto documento orientador global, o DECRP – Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza, enquanto instrumento mobilizador de recursos, e o QDMP – Quadro de Despesas a Médio Prazo preliminar, enquanto instrumento de afectação de recursos, de previsão dos níveis de receitas e de fixação das despesas comportáveis pelo crescimento económico esperado. A estes juntam-se o Programa MCA e o PANAIL.

Os sectores para os quais já existem Quadros de Despesa Sectorial a Médio Prazo (QDSMP) preliminares, sem prejuízo da preparação, elaboração e apresentação do orçamento na sua forma tradicional, o respectivo QDSMP constitui um elemento de referência para elaboração do Orçamento.

3.3.3.2. Prioridades

O Programa de Investimentos Públicos privilegia os sectores que potenciam os investimentos privados, os ganhos de produtividade, aumentam a

competitividade da economia e ao mesmo tempo, contribuem para a redução da pobreza e a melhoria das condições de vida da população. Consequentemente, os Programas e Projectos com impacto positivo na criação de empregos, melhoria habitacional, acesso à saúde, educação, formação profissional, água potável e energia, ou seja, que contribuem para a melhoria dos indicadores do desenvolvimento humano, serão privilegiados em termos de prioridades.

Sem pôr em causa o necessário apoio à prossecução duma política monetária consentânea com a estabilidade de preços e um nível de reservas cambiais sustentável, a política de investimentos públicos terá como prioridade a concentração de esforços nos seguintes sectores:

- Educação;
- Saúde e Segurança Social;
- Boa Governação, Reformas Económicas e Sociais (incluindo a Protecção Social) e da Administração Pública;
- Formação e Valorização dos Recursos Humanos, nomeadamente a vertente da Formação Profissional;
- Infra-estruturas;
- Meio Ambiente – incluindo Água e Saneamento.

3.3.3.3. Principais Objectivos e Metas

Atendendo à Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (2005-2007), o Programa de Investimentos Públicos fixa os objectivos e metas a serem atingidos no exercício orçamental de 2006, em conformidade com os objectivos e metas do DECRP.

O Programa de Investimentos Públicos, no quadro do DECRP, tem como objectivo contribuir para o crescimento económico sustentável, em termos reais no intervalo [6,5%;7%], visando reduzir o nível de pobreza e a proporção de pobres para metade no horizonte de 2015, de acordo com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Espera-se, ainda, que o volume de Investimentos Públicos estimule e contribua para a criação de condições favoráveis ao aumento dos investimentos privados, permita aumentar de forma sustentável o nível de emprego e as actividades geradoras de rendimentos.

Um outro objectivo maior é a criação de empregos através nomeadamente do melhor funcionamento dos mecanismos de mercado. Recursos significativos estão afectados aos sectores rurais no âmbito do PIP e da sua conjugação com a política de apoio ao emprego público no âmbito do Programa de Amortecimento de Choques Externos (Programa de Emprego Público), espera-se criar milhares de postos de trabalho com a construção de infra-estruturas rurais e infra-estruturas socio-económicas para as camadas mais desfavorecidas.

Assim, para garantir o cumprimento destas metas, o Programa de Investimentos Públicos ascende a 16.289.746.729 de Escudos (Dezasseis mil duzentos e oitenta e nove milhões setecentos e quarenta e seis mil e setecentos

e vinte e nove ECV), o que representa cerca de 16,3% do PIB projectado para 2006 (99.957,31 mil contos).

A arquitectura do Programa de Investimentos Públicos está centrada num conjunto de medidas de políticas focais e num conjunto de eixos estratégicos, em conformidade com as GRANDES OPÇÕES (GOPs); apresentados em programas e sub-programas, evidenciam as políticas que assumem um carácter prioritário na promoção do crescimento económico e na redução da pobreza.

Essas políticas, que se enquadram nas cinco GOPs de intervenção estratégica, constituem por sua vez, as modalidades concretas de intervenção pública e encontram expressão nas políticas sectoriais focalizadas na redução da pobreza:

- I - Promover a boa governação, reforçando a sua eficácia e garantindo a sua equidade;
- II - Promover a competitividade para favorecer o crescimento económico e a criação de empregos;
- III - Desenvolver e valorizar o capital humano;
- IV - Melhorar e desenvolver as infra-estruturas básicas, promover o ordenamento do território e salvaguardar o ambiente;
- V - Melhorar o sistema de protecção social, reforçar a sua eficácia e garantir a sua sustentabilidade.

Em conformidade com o MAPA X, a estrutura do financiamento do Programa de Investimentos Públicos distribui-se de acordo com o quadro 9 seguinte.

A capacidade de financiamento interna, isto é, o financiamento do Tesouro e de Outras Fontes Nacionais – Caixa Geral da Justiça – continua a ser pouco expressiva, traduzida em 23% do Programa de Investimentos Públicos, enquanto que o financiamento através da Ajuda Pública ao Desenvolvimento representa 77 % do total, sendo 43 % proveniente de Donativos e 34 % de empréstimos, conforme distribuição relativa, a seguir explicitada.

Q 9. Financiamento do PIP (valores absolutos)

GOPS	FIN TOTAL	TESOURO	OFN	FCP AAL	DONATIVO	EMPRÉSTIMO
I	1.923.519.387	101.148.018	255.800.000	141.464.025	1.006.658.300	418.449.044
II	1.736.623.924	112.270.854	0	137.604.832	889.267.970	597.484.268
III	4.170.168.025	1.680.187.324	0	107.429.348	1.380.014.776	1.002.536.577
IV	2.399.567.389	430.239.288	0	39.262.031	1.159.083.044	770.983.026
V	6.096.864.005	1.175.834.007	0	113.714.317	2.028.376.587	2.741.939.094
TOTAL	16.289.746.729	3.499.679.491	255.800.000	539.474.553	6.463.400.676	5.531.392.009

Q 10. Estrutura de Financiamento do PIP (%)

GOPS	FINANCIAMENTO TOTAL	TESOURO	OFN	FCP ALL	DONATIVO	EMPRÉSTIMOS
I- Promover a boa governação	11,8	0,6	1,6	0,9	6,2	2,6
II- Promover a competitividade e o crescimento	10,7	0,7	0,0	0,8	5,5	3,7
III-Desenvolver o capital humano	25,6	10,3	0,0	0,7	8,5	6,2
IV- Promover uma política global de desenvolvimento social	14,7	2,6	0,0	0,2	7,1	4,7
V-Desenvolver as infraestruturas básicas e económicas	37,2	7,2	0,0	0,7	12,5	16,8
TOTAL	100,0	21	2	3	40	34

As modalidades de financiamento do Orçamento do Estado, em processo de reforma, são complexas e reflectem-se nas diversas fontes de financiamento, nomeadamente:

- Recursos do Tesouro e Outras Fontes Nacionais (OFN);
- Donativos provenientes de Fundos de Contrapartida da Ajuda Alimentar, Ajuda Orçamental e Ajuda a Projectos;
- Empréstimos, resultantes da Abordagem Projectos e da Ajuda Orçamental.

Os recursos da Ajuda Orçamental serão transferidos para o Tesouro e executados de acordo com a Lei de Execução Orçamental em vigor.

Q 11. Ajuda Orçamental

AJUDA ORÇAMENTAL	TOTAL
BANCO MUNDIAL	910.000.000
HOLANDA	275.662.500
HOLANDA	551.325.000
UNIÃO EUROPEIA	430.033.500
TOTAL	2.167.021.000

3.4. Dívida Pública e Financiamento Programado para 2006

3.4.1. Breve Introdução

O ano 2005, no que se refere à dívida pública, decorreu num ambiente de continuidade das políticas traçadas em conformidade com a Política Financeira do Estado em articulação com a Política Monetária do Banco de Cabo Verde, de salvaguarda da estabilidade de preços e de um nível de reservas cambiais em relação às exportações de bens e serviços compatível com a sustentabilidade do regime cambial.

Em termos globais o stock da Dívida Pública em 2005 ascendeu a aproximadamente 72.387,6 mil contos, cerca de 79,4% do PIB, dos quais 30,6% correspondem à dívida interna e 48,8 à dívida externa.

As acções desenvolvidas nesse âmbito pela Direcção Geral do Tesouro podem ser agrupadas em três áreas: Dívida Interna, Outras Operações Financeiras e Dívida Externa.

A nível da Dívida Interna, deu-se continuidade às políticas adoptadas anteriormente, de negociação das condições para a titularização ainda dos protocolos existentes e de não assinatura de novos protocolos. A nível de Outras Operações Financeiras, a continuação do esforço de reconstituição dos respectivos dossiers (avales e empréstimos de retrocessão) tem sido uma das tarefas prioritárias. A nível da Dívida Externa, as acções têm sido no sentido de dar continuidade às negociações, de pagamento de atrasados e da procura de realização atempada dos pagamentos.

3.4.2. Execução Orçamental Relativa ao Ano de 2005

3.4.2.1. Receitas

3.4.2.1.1. Reembolso de Empréstimos de Retrocessão

O montante previsto no OE de 2005 foi de 192 mil contos, sendo que a execução foi de 147 mil contos, ou seja menos 23% do que o previsto, de acordo com o quadro abaixo:

Q 12. Reembolsos ER

Unidade: ECV	Total
OE 2005	192.189.665
Total Executado 2005	146.977.041

A realização dos 147 mil contos em 2005 na sua maioria deveu-se aos reembolsos feitos pela CV Telecom e um realizado pelo BCV em duas prestações semestrais. A diferença entre o previsto e o executado foi causada pelo não pagamento por parte das outras empresas mutuárias por um lado, porque algumas beneficiárias eram estatais e já foram extintas e por outro, as empresas privadas têm justificado o não pagamento alegando dificuldades financeiras.

3.4.2.1.2. Desembolsos da Dívida Interna

No OE de 2005 foram inscritos no Mapa XVI – Resumo das Operações Financeiras do Estado 1.851 mil contos como desembolsos da dívida interna no financiamento do défice.

No quadro dessas necessidades de financiamento interno programadas para 2005, o montante inicialmente inscrito foi totalmente realizado, através da emissão de Títulos da Dívida Pública, sobretudo de OTNS.

A estrutura deste financiamento interno distribui-se em 1.317 mil contos em novas emissões de OTNS, cerca de 71% do total, enquanto os restantes 29% foram mobilizados através de novas emissões de BT's, no montante de 534 mil contos. O montante total de novas emissões de ONTS ascendeu a 2.898 mil contos, sendo que os restantes 1.581 mil contos destinaram-se à regularização de situações do passado.

3.4.2.1.3. Desembolsos da Dívida Externa

No ano de 2005 foram registados 4.358.254.233 ECV, concernentes aos desembolsos da dívida externa.

O IDA em 2005 foi o principal credor em termos de quantias desembolsadas (54%), seguido por Portugal (28%), FAD (7%), Kuwait (5%) e BADEA (3%), totalizando estes 5 credores o total de 97% dos justificativos de desembolsos recebidos.

Q 13. Desembolsos DE

Credor (ECV)	Ano 2005
BADEA	136.630.442,25
FAD	331.263.026,12
FIDA	39.611.549,52
IDA	2.344.012.535,00
Kuwait	216.854.645,73
OPEC	101.041.838,60
Portugal	1.188.840.195,78
Total 2005	4.358.254.233,00

3.4.2.2. Despesas

3.4.2.2.1. Capital da Dívida Interna

No OE de 2005 foram inscritos no Mapa XVI – Resumo das Operações Financeiras do Estado 723 mil contos, como amortização do capital da dívida interna. No entanto o montante executado foi 70% superior ao previsto, ou seja, 1.229 mil contos. Esse aumento é justificado pelas situações que ocorreram no mercado de Títulos em 2005 e que levaram a Direcção Geral do Tesouro a optar pela não renovação dos OTNS em vencimento, pois pressionariam a subida das taxas de juros.

Q 14. Reembolso Dívida Interna

DATA DE REEMBOLSO	CREDOR	MONTANTE (MIL CONTOS)
1 de Abril	INPS	100
15 de Abril	INPS	100
13 de Maio	BIA	150
13 de Maio	INPS	150
28 de Maio	BCA	75
28 de Maio	BTA	15
Total 1º Semestre	-----	590
1 de Outubro	INPS	86,4
15 de Novembro	BCA	250
15 de Dezembro	CECV	135
15 de Dezembro	INPS	168
Total 2º Semestre	-----	639,4
Total 2005	-----	1.229,4

3.4.2.2.2. Capital da Dívida Externa

No OE de 2005, foi previsto o montante de 2.167.160.000,00 ECV para amortização da dívida externa, contudo o montante efectivamente pago foi de 2.044.109.128,00 ECV, traduzido num grau de execução de 94,3%.

Q 15. Amortização Dívida Externa

Unidade: ECV	Amortização	Atrasados
1º Trimestre	424.587.635,00	0,00
2º Trimestre	666.368.458,00	0,00
3º Trimestre	320.580.936,00	0,00
4º Trimestre	632.572.099,00	56.008.800,00
Total 2005	2.044.109.128,00	56.008.800,00

Todos os pagamentos têm sido feitos com atrasos inferiores a 1 mês, não tendo sido pagos apenas os atrasados da Rússia, China e Brasil, para os quais se aguarda a finalização das negociações para o início do pagamento. Relativamente ao montante de atrasados acima mencionado refere-se a um pagamento a favor da Somague, que não foi liquidado na data de vencimento por falta de comprovativos de desembolsos.

3.4.2.2.3. Juros da Dívida Interna

O valor inscrito no OE de 2005 de 1.182 mil contos, corresponde à previsão de pagamento de juros de BT's, OTNS e de endividamento interno líquido em 2005.

O montante realizado em 2005 foi de 1.384 mil contos, cerca de 17% acima do programado, sendo que o montante dos juros de OTNS foi de aproximadamente 1.072 mil contos, correspondendo a 77% do total dos juros pagos. Esse aumento deveu-se principalmente aos juros pagos ao BCA em Janeiro e ao BCV em Dezembro.

Comparando o montante realizado no Orçamento do Estado de 2005 com os montantes realizados nos anos anteriores, pode-se verificar uma ligeira diminuição no pagamento dos juros de BT's, devido à descida das taxas de juros ocorrida sobretudo no segundo semestre do ano.

3.4.2.2.4. Juros da Dívida Externa

O valor inscrito no Orçamento do Estado para 2005 foi de 407.104.500,00 ECV, contudo o montante efectivamente executado foi de 543.412.616,00 ECV, ou seja, um grau de execução de cerca de 133%.

Q 16. Juros Dívida Externa

Unidade: ECV	Juros	Atrasados
1º Trimestre	112.208.678,00	
2º Trimestre	167.561.059,00	
3º Trimestre	121.191.769,00	
4º Trimestre	141.451.110,00	4.200.660,00
Total	543.412.616,00	4.200.660,00

Tal como para o capital, todos os pagamentos foram realizados com atrasos inferiores a um mês, não tendo sido pagos apenas os atrasados da Rússia, China e Brasil, para os quais se aguarda a finalização das negociações para o início do pagamento. Relativamente aos juros em atraso acima mencionados a favor da Somague, não foram liquidados na devida data por falta de comprovativos de desembolsos.

3.4.2. 3. Stock da Dívida Pública

3.4.2.3.1. Stock da Dívida Interna

O stock da dívida interna em 2005 ascendeu a 27.895 mil contos, cerca de 30,6% do PIB e registou um aumento de 3.103 mil contos, isto é, um crescimento de 12,5% face a 2004.

Por tipo de títulos, o stock da dívida em 31 de Dezembro de 2005 era constituído em 26% por BT's, 71% OTNS, 1% por Protocolos e 2% por Outros Créditos.

A variação de 12,5% constatada deveu-se a um aumento na emissão de OTNS para regularizar as situações do passado, sendo que o sector bancário detém o maior peso no stock, representando cerca de 72% do valor global.

Dentro do sector bancário prevalece o BCA com 53% do stock no final do ano. O BCV ocupa a segunda posição com 24%, enquanto no sector não bancário pontifica o INPS com uma parcela na ordem dos 94% do total deste sector, que absorve 28% do montante global.

Q 17. Evolução do Stock Dívida Interna

UNIDADE: MIL CONTOS	31-DEZ-2004	31-DEZ-2005
Stock da Dívida Interna (A+B)	24.791,8	27.895,0
Varição Absoluta		3.103,2
Varição Relativa		12,5%
A. Sistema Bancário	17.488,2	20.019
BCV	4.778,6	4.778,6
BCA	9.298,2	10.632,5
CECV	1.030,2	2.089,5
BTCV	962,5	620,0
BIA	1.418,7	1.898,4
B. Sistema não Bancário	7.303,6	7.875,9
INPS	6.536,4	7.373,9
GARANTIA	150	52,7
CORREIOS CABO VERDE	292,0	296,9
IMPAR	36,0	30,0
PROMOTORA	287,6	120,9
IFH	1,5	1,5
CRÉDITO INTERNO	24.791,8	27.895,0
Total BT's	6.462,1	7.162,3
Total OTN's	17.198,7	19.896,9
Total Protocolos	278,1	278,1
Total Outros Créditos	852,9	557,7

3.4.2.3.2. Stock Provisório da Dívida Externa

O stock da dívida externa em 2005 ronda os 44,5 milhões de contos.

Q 18. Evolução Dívida Externa

Stock Provisório Dívida Externa	Unidade: mil contos
Stock 2003	42.122,30
Stock 2004	42.257,95
Stock 2005	44.492,59

Os stocks provisórios de 2003, 2004 e 2005, foram feitos a partir do stock de 2002 e dos pagamentos e desembolsos efectuados nos respectivos anos.

Analisando o quadro acima constata-se um aumento do stock da dívida externa de Cabo Verde, de respectivamente 0,3% e 5,3% em 2004 e 2005, associado à contratação de novos empréstimos, aumentando desta feita os desembolsos que por sua vez foram superiores aos pagamentos efectuados. Em termos relativos a dívida externa atingiu cerca de 48,8% do PIB.

3.4.2.4. Artigo 60º, Limite Máximo da Dívida Flutuante

O limite máximo da dívida flutuante estipulado no OE de 2005 foi de 8.208 mil contos.

A evolução do montante em circulação de BT's desde 2004 é a que se pode ver no quadro a seguir, por subscritor.

Q 19. Dívida Flutuante

BT's: mil contos	31-Dez-2004	31-Dez-2005
Sistema Bancário	4834,5	5.609,2
BCA	3.468,8	4.213,0
CECV	50,1	537,7
BTA	830,8	251,8
BIA	484,8	606,8
Sistema não Bancário	1.627,6	1.553,1
INPS	1.220,8	1.418,5
GARANTIA	150,0	52,7
CVT	15,4	20,3
ÍMPAR	36,0	30,0
PROMOTORA	205,4	31,6
IFH	0	0
Total	6.462,1	7.162,3

Em 31 de Dezembro de 2005 o montante em circulação era de 7.162 mil contos, 88% do limite máximo definido no OE de 2005.

3.4.2.5. Evolução das Taxas de Juros dos BT's

Quanto à evolução das taxas de juros dos BT's, a trajectória de Dezembro de 2004 ao período homólogo de 2005 é descendente, devido principalmente à estratégia de financiamento do Estado, concertada com a política monetária do BCV, num contexto caracterizado por um excesso de liquidez no sector bancário. Assim, a taxa média registada em Dezembro de 2005 foi de 2,404% para 91 dias e 2,375% para 364 dias, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

Q 20. Evolução das Taxas de Juro

PRAZO	Dezembro de 2004 (em %)	Dezembro de 2005 (em %)
91 Dias	5,600	2,404
182 Dias	5,590	2,347
364 Dias	5,528	2,375

3.4.2.6 Artigo 57º - Emissão de OTNS para Regularizar Responsabilidades Decorrentes de Situações do Passado

A previsão do OE de 2005 foi de 1.585 mil contos, tendo este montante sido executado na íntegra, face à existência de situações do passado ainda pendentes, cujo acerto para a regularização foi feito no decorrer do ano 2005.

Assim, em 2005 regularizou-se a dívida em atraso junto do BCA, no montante de 585 mil contos, sendo que desse montante 400 mil contos eram referentes às bonificações de juros do Estado e 185 mil contos de avales do Estado com crédito vencido.

Regularizou-se parcialmente a dívida acumulada do Estado junto aos CCV – Correios de Cabo Verde, no montante de 100 mil contos, faltando ainda pagar 93 mil contos.

Outras situações foram regularizadas, nomeadamente junto do BCV, tendo sido titularizados os 755 mil contos do Protocolo Estado/BCV.

Aguarda-se a finalização do acerto de contas de 104 mil contos de Protocolo da RTC com a CVTelecom assumido pelo Estado, outras para com alguns institutos e serviços públicos e para com os empreiteiros de construção civil.

3.4.2.5. Financiamento em 2005

3.4.2.5.1. Artigo 59º - Endividamento Interno Líquido

O endividamento interno líquido previsto no OE de 2005 foi de 1.851 mil contos.

Este montante foi integralmente executado, tendo-se verificado novas emissões de BT's no montante de 534 mil contos e OTNS no montante de 1.317 mil contos.

Assim, contabilizando-se as novas emissões de OTNS para regularizar as situações decorrentes do passado no montante de 1.583 mil contos, 99% do previsto, o montante total de novas emissões de OTNS em 2005 foi de 2.898,6 mil contos.

Relativamente às taxas de juros das OTNS, ao longo do ano conheceram uma trajectória descendente, iniciando o ano com um valor de 8% enquanto que em relação ao último leilão do ano em referência, atingiram 5%.

Em síntese, em 2005 face às novas emissões de OTNS no montante 2.898,6 mil contos e de BT's no montante de 534 mil contos, o aumento efectivo do stock da dívida interna face a 2004 foi de 3.432,6 mil contos, sendo que a variação da dívida interna não consolidada correspondeu a 3.232,6 mil contos, cerca de 3,5% do PIB, uma vez que em 2005 foram transformados, no âmbito do Trust Fund, 200 mil contos de OTNS, detidos pelo INPS, em TCMF's.

3.4.2.6. Outras Operações Financeiras

3.4.2.6.1. Artigo 58º - Limite Máximo de Concessão de Avais e Outras Garantias do Estado

O limite máximo definido no OE de 2005 para a concessão de avais foi de 1.350 mil contos.

Em 2005 foram emitidos avais no montante de 318 mil contos, a favor de três instituições, nomeadamente: ENAPOR S.A – 75 mil contos; ASA S.A – 198 mil contos e CÂMARA MUNICIPAL DE S. VICENTE – 45 mil contos.

3.4.2.7. Financiamento Programado para 2006

As necessidades de financiamento resultantes do défice orçamental programado ascendem a aproximadamente 5,1 milhões de contos, assim discriminadas:

- Cerca de 1,7 milhões de contos, 33,4% do total, correspondem ao financiamento interno líquido;
- Aproximadamente 3,4 milhões de contos, cerca de 66,6% do financiamento total líquido, resultam da mobilização de recursos externos.

O montante de empréstimos internos previstos totaliza cerca de 3,1 milhões de contos enquanto as amortizações programadas da dívida interna ascendem a aproximadamente 1,4 milhões de contos.

Em relação ao financiamento externo, os desembolsos previstos cifram-se em torno de 5,5 milhões de contos contra um valor programado de amortizações da dívida externa na ordem de 2,1 milhões de contos.

O serviço da dívida programado ascende a cerca de 5,3 milhões de contos, em torno de 5,4% do PIB projectado para 2006.

Deste montante, aproximadamente 2,7 milhões de contos, ou seja, 50,9% do total, destinam-se ao mercado doméstico enquanto cerca de 2,6 milhões de contos, 49,1% do serviço da dívida, deverão ser aplicados no cumprimento de compromissos financeiros junto dos credores externos.

Os pagamentos previstos de juros, à volta de 1,3 e de 0,5 milhões de contos, respectivamente para fazer face aos encargos das dívidas interna e externa, pesam 47,8% e 19,2% nos correspondentes serviços da dívida e representam cerca de 1,8% do PIB projectado.

Finalmente, o montante de dívida flutuante foi fixado no OE 2006 em cerca de 9,4 milhões de contos, aproximadamente 10,3% do PIB projectado e um crescimento de 14,7% face ao ano transacto.

3.5. Política de Recursos Humanos da Administração Pública

3.5. 1. Enquadramento

De acordo com a Lei do Enquadramento Orçamental – Lei n.º 78/V/98 de 7 de Dezembro, o Departamento Governamental responsável pela Administração Pública, enquanto estrutura com competência para a definição da política de Recursos Humanos da Administração Pública, deve preparar um documento sobre a política de recursos humanos para o exercício financeiro correspondente.

O documento a ser elaborado, exige no entanto, o fornecimento por outros departamentos de dados sobre as medidas de política sectoriais de gestão de recursos humanos que foram ou devem ser adoptadas, os constrangimentos, os pontos fortes e fracos identificados, as medidas para garantir uma maior eficácia da gestão dos efectivos sugeridas e as perspectivadas para o ano económico que se prepara.

3.5.2. Introdução

A estratégia para a Reforma e Modernização da Administração Pública em Cabo Verde assume uma nova plataforma de acção. A grande mudança é que a reforma preconizada pelo Governo para estes cinco anos de governação, passa a ser feita com um grande enfoque no cidadão e em defesa dele. Assim, mais do que melhorar a máquina administrativa do Estado, o novo Governo assumiu que a reforma deverá guiar-se pelo princípio de melhores serviços públicos prestados aos cidadãos, e com isto reforçar a cidadania, contribuindo para uma maior eficiência e eficácia do aparelho administrativo do Estado.

As linhas estratégicas para a Reforma e Modernização Administrativa em Cabo Verde foram pensadas dentro de um quadro abrangente, uma vez que vão ao encontro das tendências mundiais e por isso tanto o Programa do Governo como as Grandes Opções do Plano, no que concerne especificamente a Reforma Administrativa, as mudanças têm sido no sentido de gerar transformação da administração pública para torná-la mais dinâmica, mais eficiente, de forma que Cabo Verde possa vir a beneficiar das vantagens que possam surgir com a iniciativa privada e, também aumentar as possibilidades dum inserção vantajosa deste pequeno Estado Insular na economia mundial.

Uma das dimensões importantes da Reforma e Modernização da Administração Pública assumida pelo Governo, é o desenvolvimento dos recursos humanos e a adopção de critérios modernos na gestão dos recursos humanos da administração pública.

Estes propósitos passam, actualmente, pela adopção de um conjunto de acções e medidas de política de modernização da gestão dos recursos humanos, que permita maior capacitação institucional e individual, nomeadamente nas componentes de planeamento, análise e apoio ao processo decisório, definição de estratégias sectoriais concretas de acção para a gestão dos recursos humanos.

A gestão de recursos humanos será valorizada e as funções de planeamento, avaliação, formação, desenvolvimento e previsões de necessidades de pessoal passarão a merecer a devida atenção nos ministérios. A determinação do número de postos de trabalho, em termos de sectores e qualificações, será parte fundamental da análise e avaliação das estruturas da Administração Pública.

A abordagem sistémica utilizando o planeamento de recursos humanos será considerada para a melhoria do desempenho da Administração Pública, através do recrutamento e retenção de quadros, flexibilização na abordagem para a qualificação para responder às mudanças, substituições em virtude de reformas ou outras saídas de pessoal com qualificação chave, desenvolvimento de planos de carreiras, avaliação de desempenho e mecanismos para o equilíbrio entre as necessidades organizacionais e individuais, bem como melhorias de produtividade e motivação elevada para trabalhar.

3.5.3. Gestão Estratégica de Recursos Humanos na Administração Pública

A modernização da gestão do pessoal na Administração Pública é um dos principais objectivos da reforma e passa necessariamente, pela adopção de políticas e medidas que visam a informatização da gestão dos recursos humanos, subordinada a critérios integradores, objectivos e transparentes, suportados em soluções e ferramentas de análise que permitam a definição das políticas de gestão previsional dos recursos humanos e o apoio ao processo decisório.

Medida significativa na informatização da gestão dos Recursos Humanos foi a criação da Base de Dados dos Recursos Humanos do Estado.

As duas Bases de dados existentes – Base de Dados dos Recursos Humanos (BDRH) e Base de Dados de Salários – estão em fase de harmonização, de forma a assegurar uma informação única para efeito de gestão de pessoal na Administração Pública.

A par da implementação da Base de Dados dos recursos humanos do Estado, a análise dos conteúdos que resultam dos dados recomendam:

- Adopção de um sistema de gestão integrada e previsional da gestão de recursos humanos da Administração Pública;
- Readequação e remanejamento das estruturas de gestão de modo a permitir uma planificação estratégica dos recursos humanos nas suas várias componentes;
- Organização dos serviços de gestão dos recursos humanos por meio de instrumentos de normalização e coordenação do sistema de gestão de recursos humanos e posterior desconcentração;
- Apresentação de um Plano Estratégico de áreas de formação prioritárias;
- Priorização de acções a serem implementadas a curto, médio e longo prazos.

3.5.4. Qualificação do Pessoal Dirigente

Como forma de garantir maior elevação da competência e do profissionalismo dos funcionários públicos, em particular dos dirigentes, e por outro lado, possibilitar maior estabilidade do exercício do cargo público, e por último regulamentar o actual estatuto de pessoal dirigente, será regulamentado o concurso de provimento do pessoal dirigente nível III, com as seguintes finalidades:

- Melhoria das qualidades e competências a nível do grupo de pessoal dirigente;
- Maior transparência e neutralidade nas escolhas do pessoal dirigente;
- Regular os métodos de selecção do provimento do pessoal dirigente de nível III, segundo os princípios de justiça, legalidade e racionalidade;
- Salvaguardar a transparência da acção administrativa e o respeito pelos direitos e interesses legítimos dos funcionários;
- Recrutamento com base no mérito.

Para instituir uma classe de dirigentes públicos estável, altamente qualificada e capaz de assegurar a continuidade administrativa, foi criada a carreira de Administradores Públicos.

Os diplomas legais que definem o currículo do curso e o regulamento de ingresso e acesso de administradores públicos serão publicados e o primeiro curso de administradores públicos terá início em 2006.

3.5.5. Instrumentos de Gestão de Recursos Humanos na Administração Pública

A revisão do plano de cargos, carreiras e salários, do quadro de pessoal dirigente e equiparado e do pessoal do quadro especial, associada ao processo de capacitação e avaliação de desempenho, é fundamental para o estabelecimento de um elevado padrão de prestação de serviços.

A estabilização de um quadro de pessoal qualificado e motivado é fundamental para a elaboração de políticas coerentes, com monitorização e avaliação de actividades. Em suma, a promoção de um serviço público competente depende muito da melhoria significativa dos seus recursos humanos.

Assim, no decurso do presente orçamento as medidas de desenvolvimento nas carreiras, designadamente promoção e progressão, bem como de criação de quadros privativos de pessoal serão congeladas, até a conclusão dos estudos de revisão dos planos de cargos, carreiras e salários, do sistema de avaliação de desempenho dos funcionários e da legislação sobre concursos de ingresso e de acesso de pessoal na Administração Pública.

3.5.6. Formação do Pessoal da Administração Pública

A elaboração do Plano Estratégico de formação será consequência do processo de Reforma do Estado e da Administração Pública e tem por finalidades, fazer o alinhamento estratégico das actividades dos funcionários

públicos com as directrizes do Governo e instituir maior responsabilidade e transparência na gestão do sector público.

O plano deve estruturar formações de nível superior, tendo em vista a formação especializada de altos e médios administradores públicos, o aperfeiçoamento e a actualização profissional do pessoal dirigente e quadros superiores, bem como a realização de cursos de aperfeiçoamento profissional nos domínios da formação inicial, aperfeiçoamento, reconversão, reciclagem e especialização dos funcionários públicos em geral.

Os novos desafios e exigências impostos ao INAG com a sua elevação à categoria de Escola de Governação e sua integração na Universidade Pública de Cabo Verde tornam imperiosa a sua dotação de capacidades, instrumentos e tecnologias modernas de gestão.

Em termos de estratégia de desenvolvimento do INAG, torna-se necessário definir e aprovar um quadro evolutivo da qualidade e quantidade de recursos humanos, recursos materiais e de infra estruturas a afectar gradualmente ao instituto e meios financeiros a disponibilizar anualmente, em função das acções de formação a realizar.

3.5.7. Colectânea de Legislação da Função Pública

A nível da aplicação das Leis da Função Pública, o departamento governamental responsável pela gestão dos recursos humanos tem enfrentado dificuldades em responder com a celeridade desejada às pretensões dos particulares.

Visto que há muita legislação extravagante sobre a Administração Pública, e sendo que nunca se produziu desde a independência até este momento um código/colectânea do funcionalismo público, para fazer face a este constrangimento, está em desenvolvimento um projecto de digitação de leis da função pública, com o objectivo de condensar num único volume, toda a legislação da função pública, afim de auxiliar o trabalho e a consulta, a todos os aplicadores do direito, ou aos que de uma maneira ou outra se encontram abrangidos e se interessam por esta matéria.

3.5.7. Reforma do Sistema de Segurança Social da Administração Pública

No que tange à segurança social, ela inscreve-se num contexto de promoção da justiça e estabilidade, no quadro de uma abordagem integrada e participativa, envolvendo a participação dos parceiros sociais e representantes dos trabalhadores na gestão do sistema.

Entre as diferentes medidas de política constantes da estratégia do Governo, destacam-se a regulamentação da Lei de Bases da Protecção Social, a revisão dos Estatutos do Instituto Nacional de Previdência Social, o alargamento da cobertura da população activa, o aperfeiçoamento da legislação, a implementação de um sistema de protecção para os trabalhadores por conta própria, a reformulação das prestações imediatas dos trabalhadores da Administração Pública e o apoio e fiscalização das empresas que

implementarem o desenvolvimento de outros produtos visando a protecção social complementar.

Para atingir tais objectivos bem como a indispensável garantia da sustentabilidade do sistema, o Governo determinou a criação de uma Comissão de Pilotagem e de uma Comissão Técnica com vista à assegurar uma abordagem participativa, a coerência global e uma adequada concretização dos objectivos da Reforma, ou seja:

- Unificação gradual dos sistemas de pensões existentes;
- Reorganização do sistema de pensões do regime não contributivo;
- Implementação de mudanças paramétricas no sistema de pensões gerido pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS);
- Reforço da capacidade institucional do INPS e da Administração Pública.

A integração dos funcionários públicos no regime de protecção social dos trabalhadores por conta de outrem será efectivada com a entrada em vigor do Orçamento de Estado para o ano de 2006.